



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

HERIVELTO PAIANO NASCIMENTO

**O REGICIDA MARCELINO BISPO: UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA
DO BRASIL, DO FINAL DO IMPÉRIO AO ATENTADO DE CINCO DE
NOVEMBRO DE 1897.**

Brasília

2015

HERIVELTO PAIANO NASCIMENTO

**O REGICIDA MARCELINO BISPO: UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA
DO BRASIL, DO FINAL DO IMPÉRIO AO ATENTADO DE CINCO DE
NOVEMBRO DE 1897.**

Trabalho final apresentado como requisito para obtenção de menção na disciplina “Dissertação”, do curso de graduação em História da Universidade de Brasília.

Orientador: Thiago Tremonte de Lemos.

Brasília

2015

O Regicida Marcelino Bispo é o título de um artigo do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues, escrito em 1899.

“Por isto o infeliz, destinado à solicitude dos medicos, veiu, impellido por uma potencia superior, bater de encontro a uma civilisação, indo para a historia como poderia ter ido para o hospício.”

Euclides da Cunha, Os Sertões – O Homem, IV

RESUMO

Neste trabalho, são propostas algumas reflexões sobre significativos aspectos dos antecedentes políticos e sociais que levaram ao atentado de cinco de novembro de 1897 contra o presidente Prudente de Moraes, com ênfase ao culto a Floriano Peixoto e ao jacobinismo dos primeiros anos da República. Destarte, documentos produzidos à época foram analisados. Além disso, obras relevantes sobre o tema foram discutidas, a fim de contribuir para o debate historiográfico.

Palavras-chave: História do Brasil. Império. República. Florianismo. Jacobinismo.

ABSTRACT

This paper aims some discussions about issues of the political and social background that led to the November 5, 1897's attack against President Prudente de Moraes, with emphasis on Floriano Peixoto's worship and Jacobinism at the early years of Republic. Therefore, epochal documents were analyzed. Besides, it was discussed the historiographical works, a view to contributing with the subject's comprehension.

Keywords: History of Brazil. Empire. Republic. Florianism. Jacobinism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. CAPÍTULO I – “... à caça de um homem providencial”.....	11
3. CAPÍTULO II – <i>Sua Majestade, o Presidente do Brasil</i>	24
4. CAPÍTULO III – <i>O Regicida Marcelino Bispo</i>	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6. FONTES	60
7. LISTA DE ILUSTRAÇÕES	62
8. BIBLIOGRAFIA	63

INTRODUÇÃO

Sobre Antônio Conselheiro, Euclides da Cunha escreveu:

“Da mesma fôrma que o geólogo, interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações, esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador, só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o creou. Isolado ele se perde na turba dos nevroticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psycose progressiva. Mas posto em função do meio, assombra. É uma diathese, e é uma synthese. As phases singulares da sua existência não são, talvez, períodos sucessivos de uma molestia grave, mas são com certeza, resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo.” (CUNHA, 1946, 144)

O mesmo poderia ter sido dito a propósito de Marcelino Bispo de Mello, “caboclo trabalhador e de bom comportamento”, que deixou a lida na roça no sertão de Alagoas e morreu numa cela no Rio de Janeiro, depois de ter participado de um dos episódios mais importantes da nascente República brasileira, “impelido por uma potência superior” que Euclides da Cunha não nomeou, mas que queremos chamar de História.

A narrativa que se segue não vai tratar de Marcelino Bispo. Nela, ele figura apenas como o ponto final. Até porque ninguém se preocupou em saber dele mais do que as três páginas produzidas pelo Ministério Público de Alagoas, que recolheu informações junto à família, ou do que aquilo que, supostamente, ele mesmo declarou a respeito de si em depoimento à polícia, após ter praticado um crime. Partindo de suas declarações, se desconsiderarmos a “montanha extinta” quando do atentado de cinco de novembro de 1897, Marcelino Bispo, com efeito, se perderia “na turba dos nevroticos vulgares”. Para além disso é preciso mais do que conhecê-lo. Faz-se necessário interpretar “a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações” para situá-lo em algum lugar na História, porque o lugar que efetivamente ocupou, não é possível, hoje, estabelecer.

Uma certa superioridade de quem conhece o desfecho do enredo faz, muitas vezes, com que tenhamos a impressão de que também é possível conhecer os agentes da história, suas motivações, seus desejos, suas esperanças com relação àquilo que fizeram, suas frustrações a respeito do que não conseguiram fazer. Pelo menos neste caso muito particular, o que envolve um soldado e um marechal, é o fato de que nenhum dos dois esperava agir na história do Brasil da forma que agiram.

Naquele dia cinco de novembro, Carlos Machado Bittencourt saiu de sua casa para cumprir a parte que lhe cabia na burocracia dos ritos de Estado, acompanhar o Presidente da República em mais uma homenagem às tropas que não paravam de chegar da Bahia, vindas da Campanha de Canudos. O próprio Bittencourt havia desembarcado no mesmo porto, vindo da mesma campanha, dez dias antes. Ocupando o cargo político de Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, era um dos militares mais graduados do Exército em 1897. Porém, passou seus dias nos sertões da Bahia como se fosse subalterno a um general hierarquicamente inferior. Para horror de Euclides da Cunha, ele agia “como se esse mundo inteiro fosse uma imensa Casa de Ordens, e a História uma variante da escrituração dos sargentos” (CUNHA, 1948, 505). Saiu de casa pela manhã, chegou ao Arsenal de Guerra às oito e limitou suas conversas sobre Canudos à decisão que tomara de deixar em frente ao arraial dos seguidores de Antônio Conselheiro, o pesado canhão de 32 milímetros, porque seria mais dispendioso retornar com ele. Não falava de política, não condenava nem estimulava seus companheiros de armas que faziam oposição ao Governo:

“A República fôra-lhe accidente inesperado no fim da vida (...) uma novidade irritante, não porque mudasse os destinos de um povo senão porque alterava umas tantas ordenanças e uns tantos decretos, e umas tantas formulas, velhos preceitos que sabia de cór e salteado” (CUNHA, 1948, 505).

Marcelino Bispo, por sua vez, chegara ao Arsenal de Guerra armado para assassinar Prudente de Moraes. Procurou um lugar em que pudesse aproximar-se o suficiente da comitiva quando passasse. Saudou o presidente retirando o quepe, e esperou que retornasse do porto. Estava, conforme declarou, atordoado pelo que decidira fazer, mas manteve-se lá, sem desistir como das outras vezes. Cumpriu seu juramento, encostou a arma ao peito do presidente, puxou o gatilho, mas não atirou. Golpeado de todos os lados por pelo menos meia dúzia de espadas, arremeteu contra alguém que só veio saber na cadeia de quem se tratava. No desespero de se defender para não morrer, esfaqueou até a morte um velho general de barbas que morreu no mesmo local.

O presente trabalho tenta dar sentido ao atentado, discutindo suas possíveis causas. No primeiro capítulo, trata-se do ambiente do fim do Império, principalmente no que diz respeito à relação de Dom Pedro II com as instituições políticas e com os políticos que levaram o Brasil à proclamação da República. No segundo, debate-se um certo viés monárquico que os governos de Deodoro e Floriano ainda mantiveram, no que diz

respeito ao lugar do presidente da República no novo regime. Por fim, no terceiro capítulo, busca-se pensar o complexo contexto do governo Prudente de Moraes, que levou ao assassinato do Marechal Bittencourt.

Hoje é seguro afirmar: O crime praticado por Marcelino Bispo mudou a história da República (ALMEIDA, 2006; MUZZI, 2006; PENNA 1989; SAES, 2005, SCHULZ, 1994). Ele soube disso antes de morrer? O que se sabe sobre os dois meses que passou na cadeia é que escrevia poemas e não tinha esperança alguma. Este trabalho vai reforçar a opinião de certos historiadores ao posicioná-lo em um lugar importante na história do Brasil, quase no cume da montanha extinta, que só podemos conhecer pelo método de Euclides da Cunha importado da geologia. Mas o semblante de Marcelino Bispo, no alto, sobre ela, não se poderá desvendar. Que sirva pelo menos de mais uma opinião e que tenha metade do valor da opinião que Walter Benjamin nos ensina a dar:

“As opiniões, para o aparelho gigante da vida social, são o que é o óleo para as máquinas; ninguém se posta diante de uma turbina e a irriga com óleo de máquina. Borrifa-se um pouco em rebites e juntas ocultos, que é preciso conhecer.” (BENJAMIN, 1987, 11)

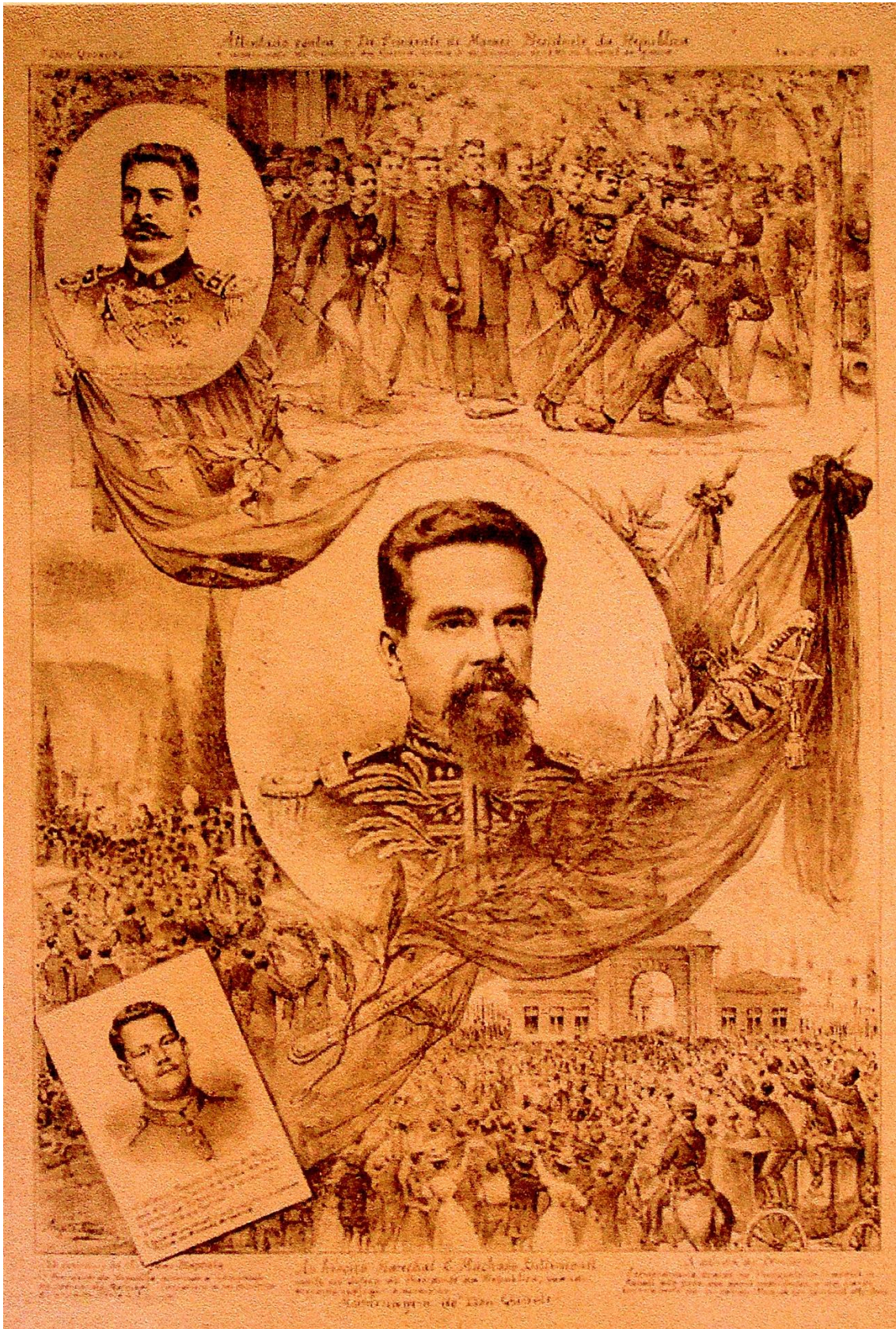


Figura 1.
O Atentado de Cinco de Novembro de 1897 por Angelo Agostini,
Jornal ilustrado *Don Quixote*, anno III, nº 88, 1897.

I

“... à caça de um homem providencial.”

Os princípios de uma Constituição livre no Brasil republicano não foram perdidos. Jamais foram atingidos. Muiíssimo poucas vezes foram sequer compreendidos. O Brasil sempre esteve ocupado à caça de um “homem providencial”. (HAMBLOCH, 2000, 58)

Ernest Hambloch (1886-1970)¹, servindo-se da característica ironia dos políticos ingleses, descreve o sistema político brasileiro da forma que o conheceu na Primeira República: política e economicamente instável, eivado de uma administração pública descontínua e ineficiente, contaminada pelo “fermento dos funcionários subalternos”, comercial e financeiramente transtornado. Em *Sua Majestade o Presidente do Brasil*² (1934), Hambloch faz uma “tentativa de examinar alguns aspectos da operação do regime presidencial na sua influência direta sobre a vida social e econômica, com referência especial ao Brasil”, caracterizando-o como a “causa fundamental” de uma “doença” cujos sintomas são, “revoltas, movimentos revolucionários, movimentos armados, assim como instabilidade financeira”, de que sofrem cronicamente as comunidades latino-americanas (HAMBLOCH, 2000, p.10). Seu exame tem como parâmetros, obviamente, o parlamentarismo inglês que, deixa transparecer nas entrelinhas, é a evolução máxima de um sistema político ideal a qualquer Estado civilizado e moderno. Entretanto, sua “tentativa” de análise pode ser considerada útil em muito do que diz respeito à gênese do regime republicano brasileiro.

Hambloch passeia do México à Argentina, catalogando os “homens fortes” da América Latina e sua atuação necessária “para salvar a América espanhola da anarquia que acompanhou a queda da hegemonia espanhola além-mar”. Comparando a história dos nossos vizinhos à nossa, nos tempos do Império, pelos “cabeçalhos” da imprensa internacional, diz que “os anais do Brasil se aproximavam intimamente da definição de

¹ Ernest Hambloch (1886-1970) foi cônsul e adido comercial da Legação Britânica no Brasil, morando aqui por mais de 25 anos. Foi secretário da Câmara Britânica de Comércio e Jornalista.

² His Majesty the President of Brazil, E.P. Dutton & Co. New York, 1936, 1ª Ed.

Montesquieu de uma história enfadonha” (HAMBLOCH, 2000, p. 25). Isso porque, segundo ele, enquanto a “história dos homens forte da América Latina compõe-se de banimentos, violência e atos vis; do terrorismo dos arrogantes *llaneros*; das atrocidades dos inescrupulosos gaúchos; de pilhagens, decapitações, cortes de gargantas, barrigas rasgadas, fuzilamentos, prisões sinistras e torturas diabólicas”, o Brasil, progredia, embora “algumas vezes lento e penoso durante a monarquia hereditária” em direção do que chamou de “autogoverno”, um “governo representativo” (HAMBLOCH, 2000, p. 24).

Lilian. M Schwarcz corrobora a definição de Hambloch sobre a história política do Brasil imperial como “enfadonha”, sem sobressaltos dignos de despertar os interesses da mídia internacional, sedenta de sangue e fogo. Em *As Barbas do Imperador*, a autora nos diz como a “elite brasileira (...) uma ilha de letrados num mar de analfabetos” conduzia os destinos do Império, realizando uma “política entre pares”. Depois do período da Regência, os partidos Conservador e Liberal revezar-se-iam no controle do gabinete ministerial, passando “pelo poder sem deixar vestígio que os distinga”. Ambos representavam a elite e diferenciavam-se pouco em seus interesses políticos. Os conservadores (ligados aos grandes proprietários de terras e aos grandes exportadores) e os liberais (ligados ao comércio urbano e a “agricultura de mercado interno”) formaram até mesmo gabinetes conjuntos em alguns momentos, sendo ordinário que se substituíssem no poder. Mas, tanto a união quanto a separação dos dois partidos não redundavam em distúrbio na sociedade. O maior esforço despendido contra o adversário político, consistia em produzir um discurso o mais longo possível. A estabilidade política do Império deixa-se bem personificar em personagens como os viscondes de Suaçuna e Souza Queiroz, o primeiro nomeado em 1839, permaneceu no Senado até sua morte em 1879, o segundo, foi senador de 1848 até a proclamação da República. O “baixo clero” formado pelos “bacharéis” – “advogados sem clientes, médicos sem clínicas, os escritores sem leitores, os magistrados sem juizados, que fazem do diploma uma distinção, uma forma de sobrevivência estável e facilitada” – podia ser beneficiado ou prejudicado com a substituição dos partidos. Talvez fossem os únicos aos quais o revezamento partidário causasse alguma expectativa. (SCHWARCZ, 1998, pp. 118-124)

Durante o Segundo Reinado, no entanto, por nove vezes Conservadores e Liberais se alternaram no poder, ao longo de trinta e sete Gabinetes Ministeriais diferentes. A

metade dessas substituições aconteceu por tensões entre o Poder Executivo e o Legislativo. O breve estudo de Sérgio Ferraz (FERRAZ, 2013) acerca da “dinâmica política do Império”, nos diz que havia uma disputa política bastante acirrada, não só entre Conservadores e Liberais, como também entre subgrupos que compunham esses partidos e conclui que o revezamento partidário no poder era operado pelos próprios partidos. A conclusão, apesar de “surpreendente à luz do saber convencional”, reforça o contraste que Hambloch encontrou entre o Império e as repúblicas latino americanas: dezenove vezes o Legislativo interferiu para a queda de um gabinete ministerial, em nenhuma delas houve pilhagens, decapitações, corte de gargantas ou barrigas rasgadas.

O maior beneficiário dessa paz social e política parece ter sido o imperador. A coroa interferiu treze vezes na substituição dos gabinetes, dez das quais exclusivamente. No entanto, só agiu três vezes no revezamento partidário, numa das quais, em conjunto com o Parlamento (FERRAZ, 2013, 23), o que indica que o Poder Moderador era exercido de maneira a não contrariar a maioria obtida pelos partidos. Se a leitura dos números conforme a faz Sérgio Ferraz servir como suporte para a história política do Brasil imperial, de fato Hambloch tem razão em dizer que o governo nos tempos de D. Pedro II era bastante “representativo”, pelo menos no que diz respeito às elites. Era o parlamento que efetivamente promovia o revezamento partidário e o fez sozinho em seis das nove vezes em que ocorreu. Assim, o “autogoverno” proclamado por Hambloch parece estar comprovado. O único membro do Poder Executivo que permaneceu até o fim do Regime foi o imperador, seu chefe, que pouco interferia na dinâmica do “autogoverno”.

Até a década de 1870, o Imperador encarnou a estabilidade política e social do Brasil. “O sucesso do papel de Pedro II dependeria de como ele usasse seu poder moderador e de como a elite percebesse aquele uso”. Ele escolhia os senadores em uma lista tríplice “e era por intermédio da Coroa que o apadrinhamento nacional, o sangue vital dos políticos, fluía” (SKIDMORE, 1998, 73). O Imperador casou-se com uma princesa europeia e consolidou seu reinado também em contraste com o que acontecia na Europa: suas duas irmãs, por exemplo, casadas também com nobres europeus quase ao mesmo tempo que ele, sofreram os efeitos da onda revolucionária que se adensou no Velho Mundo a partir de 1848, quando “centenas de pequenos reinos, ducados e principados, foram defenestrados do poder sem muita cerimônia” (SCHWARCZ, 1998, 100).

A partir da Guerra do Paraguai (1864-1870) é que algumas notas dissonantes e uma perceptível mudança de compasso, quebra a monotonia da orquestração política do Império. Na segunda e última vez em que a Coroa concorreu exclusivamente para a alternância entre os partidos no Executivo, “Pedro II perdeu a aura de sábio e benigno monarca sem partidarismo e foi acusado de abusar de seu poder moderador”. A Guerra do Paraguai colocou em choque o imperador e o Senado, controlado pelos Conservadores, de um lado e o Gabinete comandado pelos Liberais, com maioria na Câmara dos Deputados, de outro. “O recrutamento forçado de soldados (...) as finanças do governo, questões de apadrinhamento e a direção da guerra” eram os principais motivos dos desacordos entre a Coroa e os Liberais. Os Liberais, no poder desde 1862, se dividiram na crise que se seguiu à queda do gabinete titular de Zacarias Góis em 16 de julho de 1868. D. Pedro II então convida os conservadores a formarem um gabinete, mesmo não tendo maioria na Câmara dos Deputados. Os liberais reagem “exigindo medidas como a descentralização, limitação de mandatos no Senado, um judiciário autônomo, liberdade religiosa e abolição gradual”. É do descontentamento político dos liberais dessa época e de sua dissidência exaltada que surge, em 1871, o Partido Republicano “que exigia o fim do Império”. (SKIDMORE, 1998, 89-90)

De 1870 em diante as ideias positivistas e republicanas passam a dominar os debates políticos e a envolverem cada vez mais a sociedade como um todo e os militares em particular.

“O descontentamento da geração mais jovem logo assumiu uma forma extrema no Exército. Pedro II resistira à crise política que envolveu a Guerra do Paraguai em parte porque seus comandantes mais veteranos do Exército permaneceram unidos. Em torno de 1880 esses oficiais estavam aposentados ou mortos, substituídos por uma geração mais jovem que notou, entre outras coisas, que o orçamento geral do Império havia crescido 70% no período de 1871 a 1880, enquanto o orçamento militar subira apenas 8%. Eles queriam mais efetivo e equipamentos novos. E suspeitavam que o marido da princesa Isabel, herdeiro do trono, pudesse ter suas próprias razões para sabotar suas exigências orçamentárias. A implausibilidade dessas suspeitas mostrava a profundidade da má vontade contra o príncipe.” (SKIDMORE, 1998, 99)

O ambiente político no Brasil na década de 1880 já não era o da elite, “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”, realizando uma “política entre pares”. O próprio Exército, um partido em si, enfrentava tensões entre o oficialato e a soldadesca amplamente recrutada entre as camadas inferiores da sociedade, o que exacerbava a crise entre a elite militar e os políticos: aqueles aumentando cada vez mais as “críticas abertas

aos ministros do Gabinete que haviam assumido durante a Guerra do Paraguai” e estes reagindo de forma a fazer valer as suas prerrogativas constitucionais, punindo os militares na forma da lei para que se mantivessem subordinados. “O sentimento de martírio resultante entres os oficiais combinou-se à crescente rigidez e temor entre seus superiores civis para tornar-se conhecido na década de 1880 como a Questão Militar” (SKIDMORE, 1998, 100)

A Partir de 1880 também o movimento abolicionista envolve ainda mais a sociedade nas questões políticas do Império. Outrora um problema para intelectuais e alguns ativistas de direitos humanos e também uma questão internacional entre o Império e a Inglaterra (que forçara o governo brasileiro a tomar uma série de medidas paliativas para “inglês ver”³), a abolição da escravidão tomava agora as ruas, os jornais e as próprias senzalas. As defesas apaixonadas dos escravocratas que clamavam em favor da escravidão como esteio da economia nacional, não resistiram à pressão cada vez mais popular pelo seu fim. “A questão escrava levava à subida e à queda de vários gabinetes” (SCHWARCZ, 1998, 437). Por fim, depois de tensões e dissidências entre os Liberais, os Conservadores, no poder desde 1885, em 1888 aprovam a abolição total da escravidão sem indenização aos proprietários de escravos. No ano seguinte o Império deixa de existir.

Se a iniciativa da “proclamação da República” partiu da elite do Exército e constitui-se, por isso, em um golpe militar, ela não é de forma alguma isenta de partidarismo e pode ser perfeitamente enquadrada na dinâmica política do Império, entretanto, como o seu *Grand finale*. A orquestração monótona regida por D. Pedro II, vai deixando-se impregnar de cromatismos, mudanças constantes no andamento e *crescendos* cada vez mais acentuados e irremediáveis. Paradoxalmente é a partir de então que o maestro passa a atuar cada vez menos, até que seus braços se recolhem juntamente

³ Em 13 março de 1827 o governo brasileiro ratifica um tratado com a Inglaterra pelo qual se comprometia a tornar o tráfico de escravos ilegal, em três anos, em troca do reconhecimento de sua independência na comunidade internacional. A Lei Feijó, promulgada a 07 de novembro de 1831, declarava livres todos os escravos que entrassem no Brasil a partir da data de sua promulgação, bem como previa punições para aqueles que traficassem pessoas da África para o Brasil, definindo o que seria o tráfico na própria lei. Em 1832, um decreto de 12 de abriu autorizava a vistoria policial das embarcações consideradas suspeitas, a procura de escravos, instituíva um depósito judicial para a reexportação do escravo porventura encontrado e garantia ao cativo o direito de requerer em juízo a declaração de ilegalidade da sua condição de escravo. Esses dispositivos legais não tiveram o resultado esperado. Somente a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, promulgada a 04 de setembro, é que o tráfico de escravos começa a declinar estando quase extinto em 1852 e a abolição total da escravidão só ocorre em 1888. (GURGEL, 2008)

com a batuta para dentro do fraque e ele parece, sobre o tablado, nada mais que um espectador privilegiado que pode assistir de pé, em posição de destaque, a sua própria orquestra conduzir-se da maneira que bem entende. Desde que retorna de sua segunda *tournée* pelo mundo, o imperador afasta-se cada vez mais da vida política de seu império. Se o Poder Moderador – exercido de forma desastrosa para sua imagem em 1868 – lhe era um fardo desde a Guerra do Paraguai, na década de 1880 ele renunciava à majestade de seu cargo. Tornava-se um cidadão comum, de casaca e cartola, gastando boa parte do que ganhava com caridade. Pedro II aparecia em público despido de toda pompa e riqueza que caracterizava as monarquias bem-sucedidas pelo mundo. O único monarca americano realizava as procissões reais em carruagens cuja “douração há muito ficou preta, os estofamentos se foram, tudo está no mais triste estado” (KOSERITZ *apud* SCHWARCZ, 1998, 411). O imperador, que não imperava na política, abdicava agora do papel que devia representar com muito mais vigor que qualquer outro: o de símbolo mágico da monarquia e, conseqüentemente, do Império. Os Liberais clamavam pelo fim da realeza desde 1871, agora o povo dava vivas à república quando da passagem do próprio imperador pelas ruas.

Quando a monarquia caiu, Dom Pedro era representado nos jornais satíricos como “Pedro Banana; resultado sobretudo da indiferença com que o monarca encarava os negócios de Estado, ou da atitude oscilante que começava a ostentar publicamente” (SCHWARCZ, 1998, 416). O imperador é retratado como fantoche dos chefes de gabinete, frequentemente dormindo em ocasiões públicas, ridicularizado em suas falas. Por fim, Dom Pedro e sua família se exilam em Petrópolis enquanto o Rio de Janeiro fervilhava de todo o tipo de manifestações contra a monarquia. A cortina baixa sobre a ópera do império com uma variação inusitada na *mise-en-scène*: parte da orquestra deixa o fosso e toma o palco. O herói, a muito emudecido, refugiado no camarote, se retira do teatro. Não há aplausos nem vaias.



Figura 2.
D. Pedro II e a Monarquia Desequilibrados.
Angelo Agostini,
Revista Illustrada, de 21 de janeiro de 1882

Ernest Hambloch prossegue em seu exame passando para o que chamou, hora de revolução, hora de golpe: a Proclamação da República. Para ele o regime presidencialista que emergiu dos acontecimentos de novembro de 1889 produziu, da mesma forma que nos demais países latino-americanos, uma “cilada”: a constituição de 1891. “A cilada atual das constituições presidencialistas da América Latina é menos a de que engendram o despotismo do que é sabido que a fazem – pelos povos que vivem debaixo delas” (HAMBLOCH, 2000, 32). Hambloch explica que se o Brasil prosseguisse com o regime parlamentarista imperial, a Proclamação da República poderia passar despercebida, “teria sido um começo demasiadamente monótono! ”. A República não poderia admitir a continuidade da dinâmica política dos tempos de D. Pedro II, mesmo que esta dinâmica oferecesse ao país maior estabilidade do que a que se verificava na vizinhança. “Adaptar os métodos parlamentares franceses ou ingleses ao seu novo regime teria sido simplesmente confirmar a evolução das liberdades políticas gozadas durante a monarquia brasileira”. Ao invés disso, os revolucionários “(...) prenderam o vagão político brasileiro aos Estados Unidos, não pelas suas convicções, mas porque julgaram conveniente assim proceder. Tinham que inventar alguma coisa para justificar a queda da Monarquia” (HAMBLOCH, 2000, 49).

Hambloch prossegue dizendo que todas as repúblicas latino-americanas cederam a um certo canto de sereia que emanava da constituição norte americana, atribuindo a ela “alguma virtude”, sem levarem em consideração as especificidades, sobre tudo, as históricas, que diferenciavam os Estados Unidos de si: “(...) quando as novas repúblicas latino-americanas modelaram suas cartas pela Constituição dos Estados Unidos, simplesmente alcançaram governos despóticos, pois não havia antecedentes, forças restritivas fora de suas constituições para impedi-lo” (HAMBLOCH, 2000, 52). O Brasil é usado como o supremo exemplo. Ele anota que nem mesmo a abolição da escravidão, o motivo principal para a queda de gabinetes governamentais durante a monarquia, desencadeou “verdadeiro tumulto” na sociedade e que somente depois que o país foi “abençoado com uma constituição republicana baseada no modelo presidencialista” é que as coisas mudam radicalmente. Ela foi “redigida pelos escribas republicanos e Fariseus positivistas, ao som dos clarins exteriores, e o barulho de sabres e o tinido de esporas(...)” (HAMBLOCH, 2000, 56).

A Constituição de 1891, no entanto, não fora um manifesto de autoritarismo (BALEEIRO, 2012). E, apesar de Ernest Hambloch reduzir ao constitucionalismo latino-americano a causa de todos os males, ele mesmo toca numa questão que parece ser mais relevante: a tradição dos homens fortes.

“É perfeitamente verdadeiro que a maioria dos países latino-americanos não poderia esperar passar diretamente do despotismo autocrático e da violência – legado dos vice-reis espanhóis – para instituições parlamentares liberais. Mas é igualmente verdadeiro que na sua busca natural de formas mais amplas de liberdade pessoal e política os latino-americanos caíram no erro de adotar formas de Constituição que, na ausência das restrições extraconstitucionais dos costumes ou influências, simplesmente resultaram em legalizar a velha tradição do *caudillo*. No seu desejo de um defensor mais forte de suas novas liberdades teóricas, libertadores e restauradores, republicanos sinceros e ardentes reformadores procuraram um sistema constitucional que colocaria amplos poderes, durante um período estipulado, nas mãos do chefe do Estado, que deveria – com a colaboração do Congresso – defender as novas liberdades do povo. O que alcançaram, na prática, foi colocar poderes ilimitados nas mãos de um homem que o Congresso não podia controlar, e que, por meio de sofismas ou da violência, algumas vezes obedecendo à letra da Constituição e sempre traindo o seu espírito, quando isso lhe convinha, agiu despoticamente em seu próprio interesse e no de seus satélites, sem qualquer consideração pelas liberdades do povo.” (HAMBLOCH, 2000, 37)

O Caudilhismo, ou uma certa tradição que as comunidades da América Latina desenvolveram de se organizarem ao redor de cabecilhas, ao mesmo tempo temidos e amados, não é um fenômeno fácil de ser descrito ou perfeitamente pacificado enquanto categoria de análise historiográfica. Juan Andrés C. Viacava, nos diz que no *Facundo*, de Domingos F. Sarmiento (1811-1888)⁴,

“o caudilhismo tem algo de excepcional por ser tipicamente americano; é um vício constitutivo das circunstâncias históricas deste continente. (...) Ao final de seu texto, este autor (Domingos F. Sarmiento) elabora uma interpretação “caudilhocêntrica” da história e acaba ajudando a erguer o caudilhismo ao centro das discussões políticas e sociais da formação dos estados platinos. O caudilhismo se torna ao mesmo tempo, um termo descritivo negativo e uma categoria de análise. Esta nova interpretação recoloca o valor desta palavra, que do tradicional sentido de “líder” ou de “capitão” passa a implicar um

⁴ *Facundo ó Civilizacion i Barbarie en las Pampas Argentinas*, foi escrita e publicada em 1845, “um clássico do pensamento político latino-americano, compartilha com outras obras do século XIX que também se propuseram a compreender as lutas políticas, econômicas e sociais dos nascentes países latino-americanos, um conjunto de ideias, estereótipos, imagens e símbolos que se fixaram numa espécie de episteme presentes na construção das histórias e literaturas nacionais” (NUNES, 01). “Parte biografia, parte história e ficção, publicada inicialmente como folhetim para um periódico de Santiago, foi dividida em duas partes. Na primeira descreve o meio ambiente platino, ressaltando o pampa, um território de planícies desertas, planas e pouco povoadas. Esta característica impõe ao homem que ali vive um condicionamento social e natural. O gaúcho, palavra intimamente relacionada ao fenômeno do *caudilhismo* seria fruto daquela realidade descrita. (...) Na segunda parte do livro, encontra-se uma biografia de Facundo Quiroga, caudilho de La Rioja.” (VIACAVA, 2005, 33)

“governador personalista”, “autoritário” e imbuído pela força bárbara da *campaña*, um inimigo da civilização.” (VIACAVA, 2005, 34)

O fenômeno se verifica em diversas partes da América Latina e se generaliza a partir de 1820, com a derrocada do poderio espanhol na região. Viacava conclui seu estudo sobre as especificidades do caudilhismo no Uruguai de Manuel Herrera y Obes e Bernardino Prudencio Berros⁵, observando que a “categoria caudilho”, e sua “imagem se transforma e perde a homogeneidade clássica” (VIACAVA, 2005, 207), homogeneidade esta que muito provavelmente Hambloch tem em mente em 1934. Porém, a despeito das conclusões dos modernos estudos sobre o caudilhismo e, muito embora o próprio Hambloch admita que “a tradição do caudilho não existe no Brasil” (HAMBLOCH, 2000, 42), os “homens providenciais” são a grande inovação no palco político brasileiro.

Ironicamente, pode se dizer, o grande articulador da desastrosa decisão que D. Pedro II tomara em 1868, de convidar os conservadores a formarem um gabinete sem possuírem maioria no Parlamento, foi o Duque de Caxias, a personalidade mais popular do Império até então (GOMES, 2013, 32-33). De 1870 em diante, como anotado, o Brasil passou a se envolver cada vez mais em questões políticas, quer sejam as relacionadas ao abolicionismo, donde emerge a figura de Joaquim Nabucco (1849-1910), por exemplo, quer seja na Questão Militar, na qual, da multidão de oficiais disciplinados – “Números de 1886 davam conta de um Exército constituído de 13.500 homens, ao mesmo tempo que registravam 7.526 prisões por indisciplina” (LEMOS, 2011, 61) – dois, de acordo com Jarbas Passarinho (PASSARINHO, 1989), desencadeiam os acontecimentos que levaram o Exército a encabeçar o golpe que derrubou a monarquia: o Tenente coronel Sena Madureira (1841-1889), por seu envolvimento no episódio da recepção na corte do jangadeiro Francisco Nascimento (1839-1914)⁶ e o Coronel Cunha Matos, chamado a

⁵ Manuel Herrera y Obes (1806-1890) foi um político e diplomata uruguaio e também um dos principais dirigentes do *Gobierno de la Defensa* durante a Guerra Grande (1839-1851), travada entre *Blancos* e *Colorados* pelo domínio político da recém-criada República Oriental do Uruguai. Obes publicou em 1847, no periódico *El Conservador* de Montevideu, uma análise histórica do Uruguai com o objetivo claro de atacar os rivais *blancos*, “posicionando-os negativamente no interior de uma história (...) caracterizada por um forte progresso civilizador universal”. Bernardo Prudencio Berro (1803-1868), político e escritor uruguaio, também presidente da república de 1860 a 1864. Ele foi o defensor do *colorados*, replicando os escritos de Obes no *El Defensor de la Republica Americana*.

⁶ Em janeiro de 1881, o jangadeiro Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, chefiou a negativa dos jangadeiros do porto de Fortaleza a transportarem escravos vendidos na província do Ceará para os navios que os transportaria para as províncias do sul do país. Uma segunda tentativa de embarque foi realizada em agosto e novamente não logrou êxito sendo novamente o líder da resistência o Chico da

atenção por seus superiores civis, portanto “ferido em sua honra”, por conta de apadrinhamentos políticos⁷ (PASSARINHO, 1989, 8-9). A Questão Militar, em especial, produz o “homem providencial” ao redor do qual os republicanos se mobilizaram para golpear a monarquia e proclamar a República.

Se os homens providenciais se tornavam recurso indispensável para as novas tendências da orquestração política do Império, maior ironia consiste na introdução de Deodoro da Fonseca (1827-1892) no cenário político brasileiro. Herói da Guerra do Paraguai, condecorado por atos de bravura, ele surge em meio à Questão Militar quando o Barão de Cotegipe (1815-1889), um dos líderes do partido conservador, portanto um dos esteios do regime monárquico,

“estando a procura de um novo Caxias, isto é, de um novo general do Partido Conservador, decide atrair Deodoro, um alto oficial em evidente ascensão profissional e que tendia a se transformar em uma liderança indiscutível dentro do Exército, para a sua política” (SAES, 2005, 63).

Com a formação do Gabinete Cotegipe (1885-1888), Deodoro é nomeado Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul. Estando nessa função, eminentemente política, porque acumulava-a com a de Vice-presidente da província, é procurado pelos oficiais do Exército, para que intervisse a favor de Sena Madureira, repreendido pelo ministério por haver se manifestado através do jornal *A Federação*, de Júlio de Castilho (1860-1903), chefe do Partido Abolicionista e Republicano do Rio Grande, contra o senador Franco de Sá (1841-1906)⁸. Deodoro agora, não sendo um liberal, está na oposição aos conservadores. Seu partido se torna o Exército.

Matilde. “Após a segunda paralisação, o movimento abolicionista considerou o porto do Ceará definitivamente fechado ao tráfico interprovincial de escravos” (XAVIER, 2009). Em 25 de março de 1884, a recepção de Chico da Matilde na Corte do Império levou “multidões à rua”. O Tenente Coronel Sena Madureira, comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, promoveu uma grande festa na unidade militar para receber o jangadeiro, o que foi entendido como um ato de indisciplina por ser o Império oficialmente escravocrata.

⁷ Em 1884 o Coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, em inspeção à tropa na província do Piauí, encontrou indícios de “vultoso desvio de fardamento” na unidade comandada pelo capitão Pedro José de Lima, membro do Partido Conservador. Cunha Matos, ligado ao Partido Liberal, foi violentamente acusado de perseguir politicamente o capitão Pedro Lima, pelo deputado conservador pela província do Piauí, Simplício Coelho de Rezende, em 15 de julho de 1885. Cunha Matos se defendeu, também de forma violenta, através da imprensa e por isso foi punido pelo ministro da Guerra. (SODRÉ, 1968, 147)

⁸ Sena Madureira foi exonerado do comando da Escola de Tiro de Campo Grande conforme a nota n. 6, e foi nomeado comandante da Escola de Tiro de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, onde o governo imaginava isolá-lo politicamente. O que aconteceu foi que isso o aproximou de Júlio de Castilho, um dos mais exaltados abolicionistas na época. O senador Franco de Sá, então ministro da Guerra, acusou Sena

Desse episódio em diante se generaliza a crise entre conservadores e militares por todo o império. Duzentos Oficiais do Exército e da Armada nomeiam Deodoro da Fonseca seu representante junto ao Imperador, que não se pronuncia em face de duas cartas dirigidas a ele, em que se alegava a inconstitucionalidade das punições aos oficiais envolvidos na Questão Militar, mantidas pelo Ministro da Guerra, mesmo depois de o Supremo Conselho Militar os haver absolvido. Em 1888, todas as guarnições militares do império estavam envolvidas na querela entre o governo e os oficiais. No Parlamento, discursos apaixonados eram feitos por ambas as partes e Deodoro se consolidava como a grande liderança política, disparando declarações exaltadas, assinando manifestos e captando aliados para a causa dos militares (PASSARINHO, 1989). Quando o governo, por pressões do parlamento, revoga enfim a punição aos militares, cai o Gabinete Conservador que imaginava ter encontrado em Deodoro sua *prima donna*.

Deodoro era um monarquista convicto. Foi a influência de outro homem providencial que o convenceu a utilizar seu capital político em prol da causa republicana. Benjamin Constant (1838-1891)

“Foi um polo de onde se irradiou a mais poderosa das correntes abolicionistas e republicanas. Sem esse mestre admirado e venerado, não é exagero afirmar, talvez o 15 de novembro não tivesse passado de uma revolta militar bem-sucedida na deposição de um Gabinete, e não da Monarquia.” (PASSARINHO, 1989, 15).

Desde a muito envolvido com as doutrinas positivistas e republicanas, Benjamin Constant era idolatrado entre os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, pela postura intransigente na defesa de seus ideais. Esse alinhamento perfeito entre o que pensava e como procedia, o transformou em um herói entre os cadetes do Exército, uma figura romântica do servidor totalmente dedicado a fazer valer seus pressupostos teóricos na prática. Recusou a honra de ser o preceptor dos príncipes imperiais, partiu para a guerra do Paraguai tendo sido dispensado pelo próprio imperador que atendeu ao apelo de sua esposa de apenas dezoito anos de idade, tornou-se respeitável pela conduta moral irrepreensível: “em torno dele passou a gravitar a juventude militar ávida de justiça e de fraternidade entre os homens” (PASSARINHO, 1989, 15).

Madureira de “procedimento desleal” na tribuna do senado, por atribuir a ele uma série de artigos anônimos em favor da abolição e contra o Ministério. Indignado, Sena Madureira assina um artigo em 1886 e é repreendido por transgressão, disciplinar com base na proibição de os militares se manifestarem politicamente pela imprensa.

Em 1889, Deodoro da Fonseca foi içado ao topo como a personalização da República. Um país politicamente estável e que, nos dizeres de Ernest Hambloch, fora “poupado desta calamitosa tradição de tirania e governo autocrático” (HAMBLOCH, 2000, 35), era agora envolvido na deposição de uma monarquia, cujo imperador reinava a cinquenta anos. De Caxias em 1868, agindo dentro do sistema político imperial, até Deodoro em 1889, o Brasil passou a contemplar um desfile de “homens providenciais”: Sena Madureira, Cunha Matos, Júlio de Castilho, Francisco do Nascimento, Benjamin Constant. Exatamente no momento em que Dom Pedro abdicava de sua posição no centro do coração de seu povo, parece que inconscientemente um elenco de personalidades buscava ocupar esse posto. Muito embora o desgaste do Império não possa ser analisado sem que se leve em consideração questões da importância de que se reveste a abolição da escravatura, ou a ascensão da economia cafeeira paulista (SAES, 2005, 58), a Proclamação da República em quinze de novembro de 1889, “uma glorificação exagerada de minúcias”⁹, surge em narrativas como as de Jarbas Passarinho (1889), Nelson Werneck Sodré (1968), Salm de Miranda (1963), Oliveira Viana (1925), ou mesmo na do Visconde de Ouro Preto (1889), como uma intriga bem-sucedida de oportunistas muito espertos, que souberam manipular um militar velho e doente, conquanto muito popular, para agir segundo o que achavam correto. Deodoro, talvez, não proclamasse a República pelo simples desejo de “acompanhar o caixão do imperador” (PASSARINHO, 1989, 16), uma verdadeira profissão de fé monarquista onde quer que ela exista.

Até onze de novembro, Deodoro era o representante de oficiais descontentes que mais uma vez forçariam a queda de um gabinete em defesa de sua honra e de seus salários. Mesmo depois de “trabalhado vivamente” por Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva¹⁰,

⁹ Euclides da Cunha, *O Marechal de Ferro*, originalmente um artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 29 de junho de 1904, é depois parte de uma coletânea de textos do autor de 1907, intitulada *Contraste e Confrontos*.

¹⁰ Quintino Antônio de Sousa Bocaiuva (1836-1912), jornalista, trabalhou nos jornais *Diário do Rio de Janeiro* em 1854, *Correio Mercantil* (1860-1864), *A República* (1870-1874) no qual escreveu o Manifesto Republicano na primeira edição, *O Globo* (1874-1883) e *O Paiz* (1884), dos dois últimos foi fundador. Foi ministro das Relações Exteriores, dos Transportes e da Agricultura durante o governo provisório após a Proclamação da República.

Aristides Lobo¹¹ e Francisco Glycério¹², a República não pareceu ao homem providencial de quem tudo dependia, mais que “a única maneira de salvar o Exército” (PASSARINHO, 1989, 16). O Brasil não mudaria de regime para se livrar de um imperador despótico, de um Parlamento corrupto, de uma realeza opressora, de um executivo improbo, de uma aristocracia exploradora. O argumento fatal foi que, caindo o Gabinete Ouro Preto, Dom Pedro convidaria para formar o novo governo a ninguém menos que Gaspar Silveira Martins¹³, um inimigo pessoal e visceral de Deodoro. Essa era a gota d’água, o inaceitável absoluto – e provavelmente uma inverdade. Deodoro teve de erguer-se do leito em que jazia enfermo, montar em seu cavalo e irromper no palco, onde a orquestra estrondava em acordes dissonantes. Postado em frente a artilharia que sitiava o Quartel General, é ovacionado pela tropa que tinha por obrigação conte-lo. Foi nesse momento que o Brasil sustentado nos debates parlamentares, desde 1840, desapareceu. Se nesse dia, alguém ousou balbuciar o tradicional “Deus Salve o Imperador! ”, não foi calado com vivas à liberdade, ou ao Brasil, nem mesmo à República. O coro de encerramento, majestoso e solene, ecoava em uníssono “Viva Deodoro! ”

¹¹ Aristides da Silveira Lobo (1838-1896), deputado por Alagoas (1864-66 e 1867-70) e jornalista, fundou o jornal *A República*.

¹² Francisco Glycério de Cerqueira Leite (1849-1916), político republicano, foi apresentado ao senado pelo partido em 1888, mas foi preterido pelo imperador. Um dos mais exaltados propagandistas republicanos durante o império e um dos mais influentes políticos de 1889 a 1897.

¹³ Gaspar da Silveira Martins (1835-1901), foi advogado, deputado provincial, deputado geral, ministro da Fazenda e senador durante o império, e também presidente da província do Rio Grande do Sul quando denunciou Deodoro da Fonseca, então comandante das armas da província, de corrupção e esbanjamento do erário público.

II

Sua Majestade, o Presidente do Brasil

*Da Pátria o grito
Eis se desata.
Do Amazonas até o Prata.*

Como um “negro fugido”, D. Pedro II saiu do Brasil na madrugada de 17 de novembro de 1889. Em suas próprias palavras (SCHWARCZ, 1998, 692), a comparação não poderia ser mais acertada. Pela manhã, quem necessitasse de seus serviços, estaria no mais completo desamparo. O Império sem imperador agora era uma república sem presidente. Do vácuo institucional que se seguiu ao exílio da família real, surge o que Guillaume A. M de Saes chamou de “governo *neo-monárquico* de Deodoro”.

Deodoro deveria

“exercer a função de ditador que garante a ordem pública enquanto são elaboradas [*sic*] a nova Constituição e preparadas as bases do novo regime. No entanto seu conservadorismo, se fora relegado a um segundo plano durante a Questão Militar e a conspiração republicana, voltaria à tona com seu novo governo na República”. (SAES, 2005, 67)

Nomeou Ruy Barbosa (1849-1923) 1º Vice Chefe do Governo Provisório e deu a ele poder para “fazer uma política impopular entre seus colegas” (SAES, 2005, 69). Se, na prática, o que se chamou de 1º Vice Chefe, funcionava como o antigo presidente do conselho de ministros do Império, como funcionava, na prática, o que passaram a designar *Generalíssimo*?

O *neo-monarquismo* do governo Deodoro se deve à continuidade da política do gabinete Ouro Preto operada agora por Ruy Barbosa, que “visava entre outras coisas a indenização aos antigos proprietários de escravos e dinamizar o meio circulante” (SAES, 2005, 69). Contudo, é possível extrapolar esse conceito para um aspecto mais personalista. O próprio Guillaume A.M. Saes indica que o conservadorismo monárquico de Deodoro pode estar ligado muito mais à sua formação militar, anterior às reformas no

ensino da década de 1850¹⁴, do que unicamente à sua filiação partidária durante o Império (SAES, 2005, 64). A oficialidade da década de 1840 teve sua formação fortemente marcada pelo culto ao recém coroado imperador:

“Fértil na produção de um amplo leque de imagens, o Império brasileiro se destacou em seu papel de criador de ícones nacionais – entre hinos, medalhas, emblemas, monumentos, dísticos e brasões – assim como concentrou esforços na boa costura da imagem do monarca, que parecia simbolizar a pátria” (SCHWARCZ, 1998, 22).

Quando Deodoro argumenta contra a proclamação da República, sua manifestação simplória de que isso o impediria de acompanhar o féretro do imperador, não deve ser tomada por pura demagogia, ele foi deveras doutrinado para isso. Quando o marechal do Exército Deodoro se viu no mais alto cargo institucional da nação, ele não se comparou a Benjamin Harrison (1833-1901), então presidente dos EUA, tampouco a um “caudilho” latino-americano como pode ter sugerido Ernest Hambloch. Não sendo também um “fariseu positivista”, Deodoro, pode inferir-se, era ... súdito de D. Pedro.

É possível ilustrar a inferência com um dos muitos episódios que envolveram o *neo-monarca* Deodoro durante o Governo Provisório. Avelino R. S. Pereira contesta a historiografia tradicional acerca da manutenção da composição de Francisco Manuel da Silva (1795-1865)¹⁵ como Hino Nacional republicano¹⁶, nos contando que Deodoro já decidira manter a antiquíssima marcha triunfal, que na época era cantada exaltando a pessoa do imperador, não na noite em que se consagrou o vencedor do concurso para escolha de um novo hino, mas cinco dias antes, em 15 de janeiro de 1890, quando aquiesceu a um pedido do Major Inocêncio Serzedelo Corrêa (1858-1932) “em nome do

¹⁴ A Lei 585, de 06 de setembro de 1850, estabelecia novos critérios para a ascensão na carreira militar, valorizando a titulação obtida nos cursos superiores. Com isso a formação técnica passou a ter importância maior que os antigos privilégios para a hierarquização do pessoal militar. Durante a década de 1850, uma série de reformas foram feitas no ensino militar e a carreira dos oficiais teve significativas mudanças até sua total reorganização com o Decreto 2.116, de 1 de março de 1858, pelo qual as antigas escolas militares seriam o suporte para uma formação mais técnica e os primeiros lugares de verificação do mérito, ao invés de simples “celeiro de tradições”. Os oficiais formados após a década de 1850 passaram a comportar-se em relação às autoridades de forma bastante distinta dos anteriores. (ALVES, 2008)

¹⁵ O que hoje conhecemos como o Hino Nacional Brasileiro foi, inicialmente, uma composição criada por Francisco Manuel da Silva, em 1831 (1832?), para celebrar a abdicação de D. Pedro I.

¹⁶ É possível ler-se em vários autores, como por exemplo em Milton Luz (LUZ, 2005, 176) e Lilia Moritz Schwarcz (SCHWARCZ, 1998, 19), que Deodoro, ao ouvir a música de Leopoldo Miguez (1850-1902) para a poesia de Medeiros de Albuquerque (1867-1934), que venceu o concurso para escolha do novo hino nacional republicano, teria dito “Gostei! Mas ainda assim prefiro o velho!” E por causa dessa declaração, O Hino do Império teria sido oficializado como Hino Nacional em 20 de janeiro de 1890.

povo, do Exército e da Armada”. O pedido, na verdade, advém do alarde deflagrado na mídia, desde 04 de janeiro, por Oscar Guanabarro (1851-1937), um crítico musical ranzinza, que temia a vitória de uma composição feita por um amador qualquer. Guanabarro, pela imprensa, apelou diretamente a Deodoro, numa descarada chantagem emocional, fazendo-o lembrar-se de “nos campos do Paraguai, quando à frente das colunas inimigas a vossa espada conquistava os louros da vitória e as bandas militares tangiam o Hino Nacional” (PEREIRA, 1995, 29-30). Portanto, e se foi assim, onde José Murilo de Carvalho enxerga uma “vitória total da tradição”, “a única vitória popular do novo regime, ganha à revelia da liderança republicana” (CARVALHO, 1990, 109-110), não haveria nada além de mais uma manipulação em Deodoro, agora com poderes de fato sobre todo e qualquer assunto institucional, inclusive sobre a manutenção ou criação de uma tradição.

Dessa vez, entretanto, é possível que Deodoro não tenha sido manipulado por ninguém e muito menos tenha cedido ao desejo popular – que na verdade fora despertado pelas desconfianças elitistas de Oscar Guanabarro. Ernesto Senna (1858-1913)¹⁷ narra o que aconteceu em 15 de janeiro de 1890. O Marechal fora aclamado nesse dia “Generalíssimo de Terra e Mar”. Quando o Major Serzedelo se aproxima para levar-lhe o pedido de manutenção do hino, já havia “combinado com as bandas militares um sinal convencional, no caso de aquiescência do marechal” para que se executasse a marcha imperial. “Este acolheu a ideia com vivo sentimento de alegria” (SENA, 1999, 190).

Embora não se possa, a essa distância, desmentir a quem esteve presente na ocasião – José Murilo de Carvalho cita certas “testemunhas oculares” em relato bastante semelhante ao de Ernesto Senna (CARVALHO, 1990, 125) – talvez o que o Major Serzedelo, então secretário do Ministério da Guerra, submeteu à aprovação de Deodoro, em 15 de janeiro de 1890, tenha sido simplesmente a finalização do rito militar¹⁸. Feita a

¹⁷ Ernesto Senna foi jornalista do *Jornal do Commercio*, de 1886 até sua morte em 1913, “íntimo de muitos dos iminentes homens do Império e conta numerosos amigos entre os guindados paredros republicanos”. Além de *Deodoro: Subsídios para a História* (1913), escreveu vários outros livros sobre reportagens tais como *Notas de um Repórter* (1895) e *Através do Cárcere* (1907). (MARCELINO, 2014)

¹⁸ As continências militares às autoridades são sempre acompanhadas de um exórdio musical, seja um toque de clarim, ou executado por uma banda. A continência ao Presidente da República é feita, até hoje, com a execução do Hino Nacional. Durante o Império, nas cerimônias públicas, D. Pedro II era saudado com a marcha de Francisco Manuel da Silva e a letra que nela puseram em sua homenagem: *Quando vens, faustoso dia/ Entre nós raiar feliz/ Vemos em Pedro Segundo/ A ventura do Brasil/ Da Pátria o grito/ Eis se desata/*

aclamação cinco dias antes da data em que se escolheria o novo hino republicano, que exórdio deveriam tocar em continência ao novo *Generalíssimo*? O mesmo Deodoro que, por puro narcisismo, não pode rejeitar a liderança dos militares insurretos contra o governo que tanto lhe favorecera politicamente (SAES, 2005, 66), poderia agora resistir à tentação de ser saudado com a mesma continência que se fazia ao Imperador? De que maneira “o povo que estava em frente ao Palácio”, que fugira “espavorido (...) convencido de ter havido uma revolta” de restauração da monarquia – curiosamente, o mesmo povo que, segundo José Murilo de Carvalho, se encontrava em “clima de expectativa” pela execução do velho hino – recebeu a novidade? Como Deodoro se sentiu vendo José Carlos de Carvalho (1847-?)¹⁹ “chorar soluçante convulsivamente” ao apertar-lhe a mão enquanto soava a marcha imperial (SENA, 1999, 190)? O “entusiasmo indescritível” que Ernesto Senna jamais presenciaria igual se devia à manutenção do Hino do Império como Hino da República, ou ao alívio de perceberem que ainda havia um imperador entre nós?

Sejam quais forem as respostas a essas perguntas, a República já não era o Império e Deodoro, ainda que achasse dispensável, foi eleito seu presidente. De acordo com Guillaume A M Saes (SAES, 2005, 54-77), é o continuísmo monárquico que, tanto caracteriza quanto destrói o governo Deodoro. Quando o “Gabinete Ruy Barbosa” cai, ainda no governo provisório, o novo “primeiro ministro” passa a ser o Barão de Lucena (1835-1913), “amigo pessoal de Deodoro e seu antigo correligionário no partido Conservador. Este ministério será conhecido como o **ministério dos áulicos**, por nele estar presente apenas um republicano legítimo”. O “gabinete Lucena” dá continuidade à política de Ouro Preto via Ruy Barbosa, e “além de estar comprometido com a velha elite política do Império, é (...) um aliado dos grupos financeiros e especuladores do Rio de Janeiro”. O caos político do governo Deodoro decorre do choque entre os interesses da plutocracia fluminense e dos cafeicultores paulistas, que dominavam o congresso através

Do Amazonas/ Até o Prata/ Negar de Pedro as virtudes/ Seu Talento escurecer/ É negar como é sublime/ Da bela aurora o romper/ Da Pátria o grito etc./ Exultai brasileiro povo/ Cheio de santa alegria/ Vede de Pedro o retrato/ Celebrado neste dia/ Da Pátria o grito etc.(PEREIRA, 1995, 26)

¹⁹ Ex-combatente na Guerra do Paraguai, condecorado como Cavaleiro da Ordem Imperial e com a Ordem do Mérito Militar. Foi titulado Engenheiro agrimensor pelo Ministério da agricultura em 1871. Visitou vários países da Europa e da América latina em comissão do governo brasileiro. Foi jornalista colaborador do jornal *Gazeta de Notícias*. Foi nomeado inspetor de Terras e Colonização, Inspetor Geral de Imigração da Província de Minas Gerais, em 1889, engenheiro fiscal do 2º Distrito de Engenheiros Centrais em 1889. Depois da Proclamação da República foi nomeado inspetor geral de imigração. (LOPES & NOLL)

do Partido Republicano Paulista (PRP). É para se livrar dessa oposição incomoda que Deodoro determina o fechamento do Congresso e sela seu destino (SAES, 2005, 72-75).

D. Pedro levava três décadas para perder a “aura de sábio e benigno monarca” e outras duas até ser deposto por um golpe militar em que os golpistas, em maioria, lamentavam sua deposição. Deodoro não durou dois anos, desde o choro convulsivo de José Carlos de Carvalho até ser traído, pode se dizer, por personalidades tais como Eduardo Wanderkolk (1838-1902)²⁰, Cunha Matos e Serzedelo Correa²¹! Se o erro fatal de D. Pedro II foi praticado com a pena pela qual sancionara o Gabinete Conservador ilegítimo, Deodoro inaugura um período de “decapitações, cortes de garganta, barrigas rasgadas, fuzilamentos, prisões sinistras e torturas diabólicas” quando “coloca forças militares para cercarem os edifícios do Senado e da Câmara dos Deputados, dissolve os dois e declara instalada a ditadura”. Dom Pedro II fora deposto tendo de suportar o incômodo de ser ridicularizado em caricaturas de jornais satíricos, que circulavam regularmente. Deodoro renunciou – com a imprensa censurada – sob a mira dos canhões da esquadra de “Custódio José de Melo, apoiada, em terra, pelas escolas militares e por unidades do Exército” (SAES, 2005, 74-77). Se Ernest Hambloch tivesse morrido nesse dia, poderia suspirar aliviado: Deodoro, pelo menos, seria substituído por seu vice-presidente. Todavia, ele viveria o suficiente para saber que Floriano Peixoto consagrou-se como *O Marechal de Ferro*.

“No meio em que surgiu, o marechal Floriano Peixoto sobressahia pelo contraste. Era um impassível, um desconfiado e um sceptico, entre entusiastas ardentes e ephemeros, no inconsistente de uma época volvida a todos os ideaes, e na credulidade quasi infantil com que consideramos os homens e as coisas. Este antagonismo deu-lhe o destaque de uma gloria excepcionalíssima. Mais tarde o historiador não poderá explical-a.” (CUNHA, 1923, 11)

²⁰ As eleições presidenciais de 1891 elegeram presidente e vice-presidente separadamente. O vice na chapa de Deodoro fora Eduardo Wandenkolk que não fora eleito. Floriano Peixoto concorrera como vice na chapa em que Prudente de Moraes era candidato a presidente. Em 1891, Wandenkolk fazia parte do grupo de almirantes que apoiou a revolta contra Deodoro, ameaçando bombardear o Rio de Janeiro. (SCHULZ, 1994, 171)

²¹ Serzedelo Correa participou ativamente, enquanto deputado, na mobilização da oposição na Câmara contra o governo Deodoro. (SCHULZ, 1994, 171). Cunha Matos já era desafeto de Deodoro desde que aceitou o comando da Província do Mato Grosso, substituindo-o também, como comandante das armas da Província.

Euclides da Cunha (1866-1909) no artigo intitulado *O Marechal de Ferro*²², junta ao epíteto de Floriano Peixoto o de *Esfinge*²³, por conta de seu caráter enigmático. De acordo com o autor, Floriano era um paradoxo porque “seu prestígio nascera antes da revolução”, quase em oposição ao de Deodoro. Enquanto este encarnava a liderança incontestada dos revolucionários, Floriano era o Ajudante-General²⁴ do Exército, sua maior autoridade, “que sobre o regimen condemnado velava, imperceptível, aquella astucia silenciosa, formidável e cauta, contraminando, talvez, dentro do proprio exercito, o traço subterraneo da revolta” (CUNHA, 1923, 12-13). No dia 15 de novembro, quando o Visconde de Ouro Preto corria de um lado para o outro, preparando a resistência contra o golpe dos republicanos, era em Floriano Peixoto que depositava toda a sua esperança e ele foi o responsável por “dissipar” as suas últimas ilusões²⁵ (OURO PRETO, 1891). Deodoro, corajoso e narcisista, não se fez de rogado quando lhe ofereceram as insígnias do imperador deposto. Floriano, “figura insolúvel e dubia”, diante da qual “os revolucionarios apprehensivos traçavam na tarde de 14 de novembro o ponto de interrogação das duvidas mais cruéis, e ao meio-dia de 15 de novembro os pontos de admiração dos máximos entusiasmos” (CUNHA, 1923, 12), mesmo após a renúncia de Deodoro, até o fim do mandato, fez-se chamar vice-presidente²⁶.

²² Conforme nota nr. 08.

²³ A Esfinge era um demônio da mitologia grega, que possuía a parte inferior do corpo de um leão e a parte superior de uma mulher. Conta-se que em determinada época assentou-se sobre um rochedo à margem do caminho que levava a Tebas e detinha todos os viajantes, propondo-lhes um enigma que deveria ser desvendado para que pudessem prosseguir viagem, do contrário morreriam. Ninguém conseguiu decifrar o enigma até que Édipo o fez e a Esfinge, humilhada, se lançou de sobre o rochedo e morreu. Do grego *sphingo*, estrangular. (BULFINCH, 2006, 128-129)

²⁴ A Repartição do Ajudante-General do Exército foi criada pelo decreto n. 2.038 de 25 de novembro de 1857 e era responsável pela disciplina, administração, transferência de pessoal, organização do almanaque (ordenamento hierárquico por antiguidade do pessoal da ativa), promoções e recrutamentos. Na prática o Ajudante-General passou a ser o comandante de fato do Exército, era a autoridade institucional mais influente e mais abrangente a quem todas as outras estavam subordinadas. (FERREIRA JÚNIOR, 2005)

²⁵ Floriano e os demais oficiais responsáveis pela resistência aos militares que sitiavam o Quartel-General em 15 de novembro, aparentemente, conforme o relato do Visconde de Ouro Preto, tomaram a inércia como postura de propósito, aguardando até que não fosse possível evitar o cerco. Num diálogo com Floriano, lembrou-lhe que no Paraguai, em condições mais adversas, o Exército havia neutralizado artilharia superior à que sitiava o Quartel-General e ouviu dele que “lá tínhamos em frente inimigos e aqui somos todos brasileiros”. Foi essa a frase que forçou Ouro Preto a resignar-se. (OURO PRETO, 1891)

²⁶ A carta-patente que promove a general-de-divisão o brigadeiro Carlos Machado Bittencourt, datada de 22 de julho de 1892 é assinada pelo “Marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil”. Documento exposto no Curso de Intendência da Academia Militar das Agulhas Negras.

Nos vinte dias em que durou a ditadura, desde o fechamento do Congresso, até “o Movimento da Armada – simples remate theatral da mais artistica das conspirações”, em 23 de novembro de 1891, Floriano fez de sua casa “o centro principal da resistencia”. Quando Deodoro “resolve designar nas mãos de seu substituto legal o cargo de Presidente da República”²⁷, Floriano segue “espantosamente disciplinado no fastigio da rebeldia que alevantára” para substituir o velho e convalescente *generalíssimo* (CUNHA, 1923, 16-19). Visto dessa forma, até mesmo os distúrbios militares que forçaram a queda do governo parecem mera burocracia: as forças agiram simplesmente para lembrar a Deodoro que ele não era o imperador e ele preferiu “designar nas mãos de seu substituto legal” o poder. Deodoro morreu imerso em uma mágoa profunda²⁸, mas no dia em que foi substituído, não recusou “um abraço, um longo abraço carinhoso, fraternal e calmo” de seu substituto legal e companheiro de armas. Nada mais republicano²⁹!

Da mesma forma, a violência para a qual degenerou o governo Floriano, pode ser reputada como consequência de um constitucionalismo para o qual o Brasil não estava preparado, conforme concluiu Hambloch. As interpretações das disposições sobre a sucessão presidencial em caso de afastamento do titular, prescritas na Constituição de 1891, favoreciam tanto aos partidários de que Floriano terminasse o mandato como chefe do executivo, quanto a seus virulentos opositores. O artigo 42 dizia expressamente que se o cargo de presidente ou vice ficasse vago, “por qualquer motivo”, antes que se

²⁷ A curtíssima nota de renúncia de Deodoro: “O generalíssimo Manuel Deodoro da Fonseca, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, atendendo ao interesse da nação, resolve designar nas mãos de seu substituto legal o cargo de presidente da República. Capital Federal, em vinte e três de novembro de 1891. – Manuel Deodoro da Fonseca –Francisco de Alencar Araripe. ” (AMARAL e BONAVIDES, 2002, 306)

²⁸ “Enfermado gravemente, minado pela moléstia, acabrunhado pelas ingratidões de uns e as injustiças de outros e notadamente de companheiros de classe, o venerado fundador da República não admitia que alguém o visitasse fardado, tamanha era a mágoa que o pungia a lembrança (...). A seu irmão, Dr. João Severiano, afirmou que nunca mais usaria farda (...) que depois de morto o vestissem à paisana. ” (SENNA, 1999, 39-40)

²⁹ “O Estado republicano é um Estado suficientemente forte para se proteger da captura privada, defendendo o patrimônio público contra a busca de rendas (rent-seeking); é um Estado participativo, onde os cidadãos, organizados em sociedade civil, participam da definição de novas políticas e instituições e do exercício da responsabilidade social; **é um Estado que depende de funcionários governamentais que, embora motivados por interesse próprio, estão também comprometidos com o interesse público**; é um Estado com uma capacidade efetiva de reformar instituições e fazer cumprir a lei; é um Estado dotado da legitimidade necessária para taxar os cidadãos a fim de financiar ações coletivas decididas democraticamente; é um Estado que é eficaz e eficiente no desempenho dos papéis dele exigidos.” (BRESSER-PEREIRA, 2004)

completassem dois anos de mandato, far-se-iam novas eleições. Foi baseado nesse dispositivo constitucional que o *Manifesto dos Treze Generais*³⁰ aconselhava Floriano a convocar eleições gerais para a presidência e também foi o mesmo dispositivo que o Almirante Custódio de Melo (1840-1902) evocou ao deflagrar a Revolta da Armada³¹ em 06 de setembro de 1893. Porém, o parágrafo segundo do artigo primeiro das Disposições Transitórias, dizia que o presidente e o vice, eleitos no primeiro pleito após a promulgação da Constituição, “ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência durante o primeiro período presidencial”. A redação dúbia desse parágrafo queria dizer que não haveriam outras eleições durante aquele primeiro mandato, mesmo em face do afastamento de um de seus titulares, ou que só haveria para o titular afastado? A segunda hipótese não faz sentido algum porque, se fosse assim, qual a razão de existir desse parágrafo segundo, uma vez que o parágrafo 1º do artigo 41 da Constituição dizia que o Vice-Presidente substitui o Presidente em caso de impedimento e sucede-lhe no de falta (BALEEIRO, 2012, 65-90)? Desta forma, Floriano estaria “traindo o espírito” da Constituição, insistindo em manter-se no poder à força de prisões, afastamentos e banimentos, mas obedecia à sua letra (HAMBLOCH, 2000, 37).

O que houve, no entanto, para além disso, foi uma verdadeira guerra de “dinastias” que lutavam pelo poder na nascente República brasileira. Deodoro pode ter derrubado o Império a contragosto, mas sua influência era incontestável e, quando assumiu o poder se colocou como representante da antiga elite, reparando nela prejuízos que o próprio Império lhe causara. Isso lhe garantiu o apoio de seguidores devotados que, em última análise, apreciavam muito vê-lo como substituto do velho Dom Pedro II, afastado e ausente, permitindo que a política tomasse o rumo ditado pela necessidade. Deodoro seria

³⁰ A *Carta-Manifesto dos Treze Generais* foi um documento assinado por militares de alta patente do Exército e da Armada e publicado nos jornais em 06 de abril de 1892 em que Floriano era instado a “restabelecer prontamente a confiança, o sossego e a tranquilidade da família brasileira” convocando eleições presidenciais “como determinam a Constituição e a Lei eleitoral”. (AMARAL e BONAVIDES, 2002, 333)

³¹ A Revolta da Armada, liderada pelo almirante Custódio de Melo, envolveu diversos oficiais gerais da Marinha que se opunham a Floriano Peixoto. Grande parte da Armada aderiu à revolta que contava com Eduardo Wandenkolk, ministro da Marinha de Deodoro e Senador pelo Rio de Janeiro, e com o almirante Luis Felipe Saldanha da Gama, comandante da Escola Naval. A frota envolvida na sedição contava com 16 embarcações da Marinha de Guerra e 14 navios civis confiscados de empresas brasileiras e estrangeiras para dar apoio às forças rebeldes. Em 13 de setembro de 1893 a frota começou a bombardear os fortes do Exército no Rio de Janeiro. A revolta prosseguiu até março de 1894, espalhando-se pelo litoral da região sul, até que foi sufocada.

um melhor representante da aristocracia imperial porque, tendo tomado o poder pela força, certamente estaria disposto a mantê-lo igualmente pela força. É significativo anotar que juntamente com Deodoro, todas as outras unidades da federação, a exceção de Minas Gerais e São Paulo, elegeram oficiais da ativa para o Senado ou para a Câmara dos Deputados (SCHULZ, 1994, 157). Naturalmente a vinculação político-ideológica ao Proclamador da República era garantia de sucesso em uma disputa eleitoral no Brasil de então. O fenômeno advindo do contexto é chamado por Guillaume A M Saes (2005, 71) de *Deodorismo*. Os *deodoristas* eram aqueles ligados aos interesses da velha elite do Império, gravitando ao redor de um poderoso líder militar que lhes favoreceria, pela influência ou pela força.

“Logo após o contragolpe de 23 de novembro, Floriano enviou oficiais para vários estados com o objetivo de incentivar as facções destituídas por Deodoro a derrubarem os regimes locais. Com a assistência de guarnições federais, a maioria dos grupos antideodoristas conquistou o poder com relativa facilidade. (...). Em todos os estados, com exceção de São Paulo e Minas, os militares atuaram como governadores provisórios ou como membros de juntas provisórias. O capitão Lauro Sodré, do Pará, que se opusera ao golpe de Deodoro, permaneceu no poder: foi o único governador a não ser afastado.” (SCHULZ, 1994, 172)

Floriano não estava disposto a estender o abraço, com o qual despachara para casa Deodoro, aos seus seguidores ou a quem quer que se opusesse a si. Em Fortaleza o governador se negou a deixar o cargo e teve a sede do governo bombardeada, do que resultou “várias mortes e muitos feridos”. Mais tarde, na esteira do *Manifesto dos Treze Generais* – todos reformados compulsoriamente – Floriano reprimiu uma manifestação em favor de Deodoro, “e prendeu seus principais líderes. Afirmando que eles haviam planejado derrubar o governo pela força, Floriano banuiu trinta manifestantes para o interior do estado do Amazonas. Entre os exilados encontravam-se alguns deputados e vários outros civis”. Dessa forma, Floriano expurgava a “dinastia” deodorista do poder e implantava a sua própria, efetuando “um grande número de promoções” no Exército e na Armada, que se faziam de forma mais rápida que durante o Império, o que, obviamente, era muito bem visto, tanto pelos promovidos como por aqueles que desejavam sê-lo. Os militares ocupavam cargos políticos em massa – “174 postos políticos e administrativos não incluindo nesse número senadores e deputados” – e novamente se elegiam às dezenas para os governos estaduais (SCHULZ, 1992, 172-177). Se em 1891 o lastro do capital político era Deodoro, um ano depois passou a ser Floriano.

A República, assim, inaugurava “uma nova e infortunada” tradição política que duraria até, pelo menos, 1934, quando Ernest Hambloch fez sua “tentativa de exame de alguns aspectos da operação do regime presidencial” (HAMBLOCH, 2000, 11):

“A parte desempenhada pelo Exército na fundação da República brasileira foi, realmente, contrária a todas as suas tradições. Mas a atitude do Exército naquela ocasião criou uma nova e infortunada tradição. O Exército começou a ser considerado não como o defensor do país, mas como o protetor daqueles que ele pusera no poder. Tornou-se, assim, o sustentáculo perpétuo de uma clique política dominante, e sujeito, ele próprio, às solapantes influências de políticos descontentes.” (HAMBLOCH, 2000, 42)

O monótono revezamento no poder entre os quase indistintos *Saquaremas* e *Luzias*³² durante o Império, deu lugar a uma encarniçada guerra entre *deodoristas* e *florianistas*. Deodoro e Floriano já não eram somente homens providenciais que representavam interesses comuns àqueles que se reuniam em torno de si. Se tornaram uma espécie de signo astral que influenciava a personalidade e a sorte dos políticos brasileiros. Já não operava a “política entre pares” dos tempos de D. Pedro II e o “saí para que eu ocupe o seu lugar” não era mais a “mola real de todas as lutas, a consubstanciação de todos os programas” (CELSO *apud* SCHWARCZ, 1998, 121). O objetivo político agora era o aniquilamento do adversário. O partido era uma fé para a qual o oponente deveria se converter ou desaparecer. Durante a Revolta Federalista do Rio Grande³³, por exemplo, tanto os partidários de Júlio de Castilho, apoiados por Floriano contra os federalistas, identificados com o antigo Partido Liberal, “agiram com selvageria e muitos combatentes capturados foram degolados, como os gaúchos costumavam matar carneiros” (SCHULZ, 1994, 185). Definitivamente, o Brasil já não possuía uma História Enfadonha!

³² Era inclusive comum, em meados do século, ouvir dizer que não havia nada mais parecido com um Saquarema — apelido dos conservadores em razão de seus principais líderes serem fazendeiros da região que tinha esse nome e localizava-se no norte do Rio de Janeiro — do que um Luzia (como eram conhecidos os liberais) no poder”. (SCHWARCZ, 1998, 120)

³³ Júlio de Castilhos, governador da província do Rio Grande do Sul quando do golpe de Deodoro, colocou-se do lado deste e, como todos os outros seus partidários, foi retirado do poder pelos florianistas. No entanto, seguiu-se um período de caos político que favoreceu os antigos Liberais da província, que acabaram tomando o poder. Floriano não teve outra opção a não ser reconduzir Júlio de Castilhos, o que provocou uma resistência armada dos Liberais que estabeleceram um governo paralelo no interior. A guerra inicia-se em fevereiro de 1893 quando “milhares de inimigos de Castilhos, que haviam fugido para o Uruguai, retornam ao Rio Grande, com armas nas mãos. A sedição só termina oficialmente no governo Prudente de Moraes, com a paz assinada em Pelotas em 23 de agosto de 1895. (SCHULZ, 1994, 185-204)

Ernest Hambloch, muito embora, não tenha perdido muito tempo com Floriano Peixoto, parece ter feito sua análise inteira a partir de um único parágrafo de Euclides da Cunha sobre ele:

“O seu valor absoluto e individual reflecte na historia a anomalia algebrica das quantidades negativas: cresceu, prodigiosamente, á medida que prodigiosamente diminuiu a energia nacional. Subiu, sem se elevar – porque se lhe operára em torno uma depressão profunda. Destacou-se á frente de um país, sem avançar – porque era o Brazil quem recuava, abandonado o traçado superior das suas tradições...” (CUNHA, 1923, 12)

A “depressão profunda” que Euclides da Cunha percebeu operando ao redor de Floriano, que lhe garantiu “o seu valor absoluto e individual”, parece manifestar-se: na Crise do Encilhamento³⁴, que levou “a falência de muitas empresas mais fracas, como até mesmo as firmas relativamente mais sólidas, viram-se desesperadamente carentes de capital” (SCHULZ, 1994, 176-177); no silêncio do PRP, o principal partido no Congresso, que, mesmo temendo o “perigoso precedente” dos banimentos e das prisões sem julgamento, apoiou o governo totalmente, temendo o retorno dos *deodoristas* (SCHULZ, 1994, 173); na Revolta da Armada, um excesso de iniciativa que aterrorizou a cidade do Rio de Janeiro, mobilizou o país em defesa da República e fez de Floriano o símbolo da resistência e o protetor dos pobres e oprimidos. “A um tempo, ameaçador e placido, sem expansões violentas e sem um tremor no rosto impenetrável, desdobrando silenciosamente, diante do assalto das paixões tumultuárias e ruidosas, a sua tenacidade incoercível ” (CUNHA, 1923, 19), ele venceu uma vitória incontestável e jamais conhecida no Brasil. Transcendendo a condição de “sustentáculo (...) de uma clique política dominante”, conquistou o prêmio desdenhado por D. Pedro e somente vislumbrado por Deodoro: Floriano ergueu um trono no coração dos brasileiros.

³⁴ Encilhamento é como ficou conhecida a crise financeira decorrente da política econômica do Visconde de Ouro Preto ampliada por Ruy Barbosa, baseada em créditos livre aos investimentos industriais garantidos por uma desregrada emissão de moeda sem lastro, ou lastreada na expectativa de lucros futuros com a negociação do café brasileiro, em alta no mercado internacional. Essa ampliação do crédito gerou uma forte especulação financeira o que levou a inflação ao descontrole. Os preços mais que dobraram durante o governo Deodoro. (SCHULZ, 1994, 149-151)

III

*O regicida Marcelino Bispo*³⁵

O culto entusiasta da mocidade das escolas aos ideais republicanos; a benemerência que nela granjeou a ação do exército nacional instituindo no país essa forma de governo; a exaltação do marechal Floriano, vencedor da gravíssima revolta, em que fatos e ocorrências notáveis encarnaram, com ou sem razão, o espírito de restauração monárquica; tudo isso criando no seio do próprio exército uma ideia falsa ou exagerada da sua missão política, instituiu os antecedentes capitais da organização de um partido ou melhor de uma aspiração que, tendo por objetivo a manutenção da República a todo o transe, por meio a conservação e grandeza do exército que da existência da República se devia constituir principal fiador e garante, e por lema a veneração da memória do marechal Floriano, facilmente nas suas avançadas se devia constituir, pela lei fatal da evolução das turbas políticas, em uma seita em que para os mais exaltados a veneração prontamente teria de se transformar em adoração fanática e a oposição legal na mais violenta das reações. (RODRIGUES, 2006, 113)

Em 25 de janeiro de 1895, começa a circular no Rio de Janeiro a nova folha de Angelo Agostini (1843-1910)³⁶, o *Don Quixote*. Após uma temporada de seis anos vivendo na Europa, Agostini voltou ao Brasil em 1894, estando já eleito o novo presidente da República, que sucederia a Floriano Peixoto. Agostini foi um dos responsáveis por parte dos infortúnios de D. Pedro II, transformando-o em uma deliciosa piada que fazia

³⁵ Raimundo Nina Rodrigues (1867-1906) formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1887 e ficou conhecido por seus inúmeros trabalhos relacionados à saúde pública. Seu primeiro livro de 1894 *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, é “um conjunto de lições dadas no ano anterior, e no qual junta sua crescente preocupação com a medicina legal ao seu interesse anterior sobre o papel da raça na patologia da população brasileira”. Nina Rodrigues colaborou em diversas revistas científicas no Brasil e no exterior, publicou alguns trabalhos na Europa, foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina Legal da Bahia (CORRÊA, 2006, 132-136). Em nota, título de seu artigo de 1899 que compõe o livro *As coletividades Anormais*.

³⁶ “No panorama da imprensa ilustrada, Angelo Agostini (1843-1910) foi o mais importante artista gráfico entre nós na segunda metade do século XIX. Caricaturista, pintor, um dos inventores das histórias em quadrinhos, jornalista, repórter, editor e militante político, exerceu uma influência decisiva em sua época. (...). Ele seguramente, produziu entre nós a mais extensa representação gráfica de uma sociedade que sai da monarquia e do regime de trabalho servil, rumo a se tornar uma república elitista que teima em empurrar para frente suas contradições profundas. Agostini desenvolveu uma das mais longas trajetórias jornalísticas da história brasileira, entre 1864 e 1908. Em seu tempo foi seguramente o artista gráfico mais prolífico em atuação na imprensa, tendo produzido cerca de 3,2 mil páginas ilustradas.” (OLIVEIRA, 2006, 27).

rir, mas chamava a atenção para a opinião que seus leitores estavam formando de seu imperador (SCHWARCZ, 1998, 417-426). A opinião de seus leitores, aliás, parece ter sido o combustível da sua imaginação sempre fértil e feliz: “Nas revistas em que colaborou, ou era proprietário, Angelo Agostini tematizou o papel da imprensa, para o qual a ideia de opinião pública era um conceito central que estava fundamentado na noção de liberdade de imprensa”³⁷ (BALABAN, 2005, 6).

Aos seus leitores ele presta uma maravilhosa homenagem logo no primeiro número de *Don Quixote*, com muito bom humor e irreverência característicos de seu estilo, “que tinha o sentido duplo de agradecer ao público e revelar as mazelas da sociedade” (BALABAN, 2005, 6). Nas páginas centrais do periódico, dedicadas às gravuras, Agostini faz uma engenhosa paródia da célebre primeira ilustração de Gustave Doré (1832-1883) do *Don Quijote de la Mancha*³⁸ de Miguel de Cervantes (1547-1616). Sobre a legenda em que se lê “*Encheu-se-lhe a fantasia de tudo o que se acha escrito nos jornais*”, o desolado Don Quixote é amparado por um Sancho solícito, ambos rodeados dos principais periódicos em circulação na Capital Federal e por imagens dos acontecimentos recentes que marcavam a história da República, da mesma forma que Doré retratou o fidalgo da Mancha cercado de livros sobre cavaleiros errantes, e monstros, e donzelas, e gigantes³⁹ (AGOSTINI, anno 1, nº 1, 1895). Don Quixote viria a ser o leitor estupefato diante do mundo novo em que vivia e apreendia pelos jornais.

³⁷ Agostini é natural de Farcelle, na província do Piemonte, no sul da Itália. Chegou ao Brasil em 1859 e se instalou em São Paulo, onde fundou os periódicos *Diabo Coxo* (1864-1865) e *O Cabrião* (1866-1867). Em 1867 se transfere para o Rio de Janeiro onde trabalhou em *O Arlequim* (1867-1868) e em *O Mosquito* (1872-1875), em 1876 funda *A Revista Illustrada*.

³⁸ *Don Quijote de la Mancha* é, talvez, o personagem da ficção mais conhecido em todo mundo. Trata-se de um fidalgo espanhol decadente que, tendo enlouquecido por causa das muitas histórias de cavaleiros errantes medievais, passa a vagar pela Espanha, imaginando-se um deles. Em 1863 Gustave Doré, o mais bem-sucedido ilustrador francês do século XIX, publica suas ilustrações de *Don Quijote*.

³⁹ A legenda da gravura de Doré diz: “*Encheu-se-lhe a fantasia de tudo o que se achava nos livros*” (AGOSTINI, anno 1, nº 1, 1895).

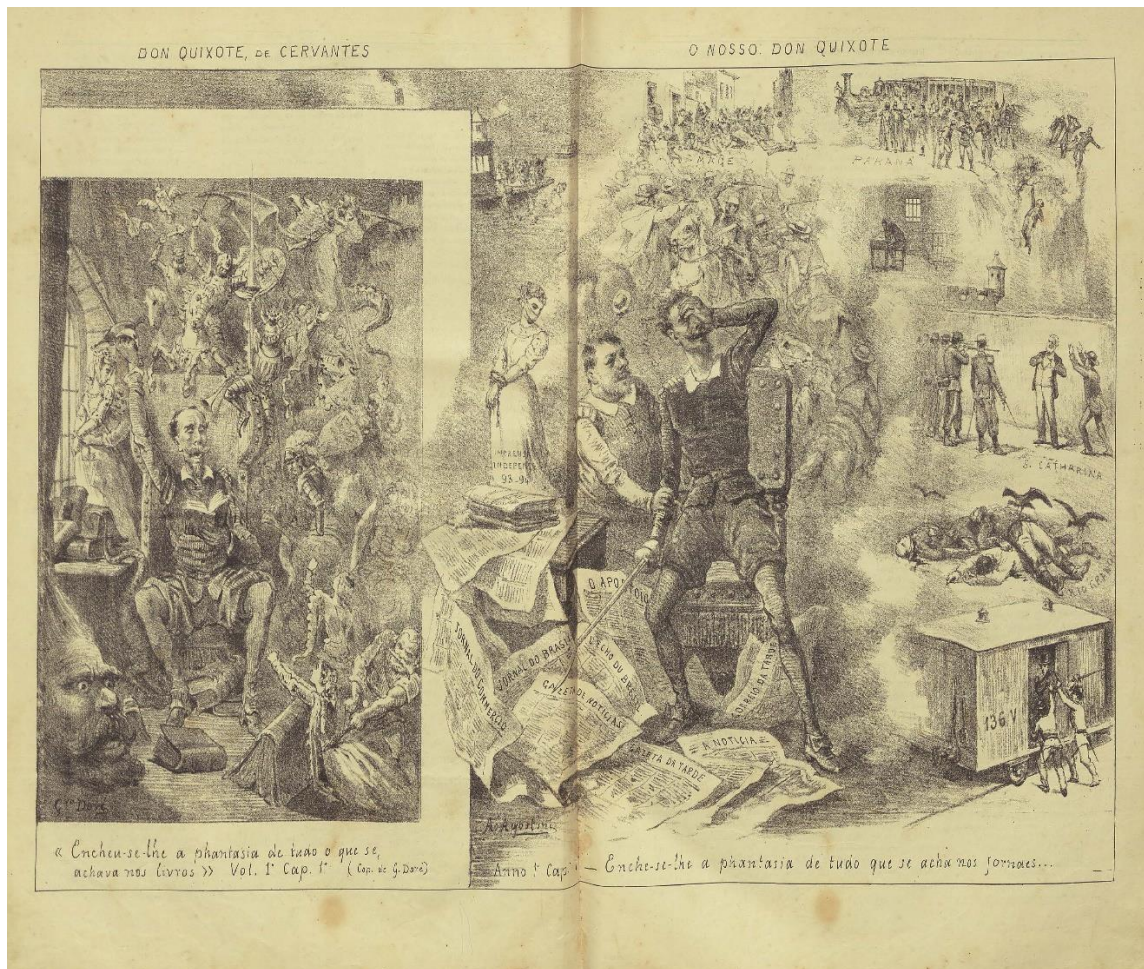


Figura 3.

A opinião Pública representada pelo Don Quixote de Angelo Agostini
 Jornal Ilustrado *Don Quixote*, anno 1, nº 1, 1895.

Dois motivos, pelo menos, existem que justificam a expressão confusa com que Agostini pintou seu Quixote no nº 01. O primeiro diz respeito à história da República até 1895 e está explícito na própria ilustração. Enquanto o Quixote de Doré – tendo um livro na mão, está boquiaberto ao encontrar nas estórias ambientadas no passado medieval, uma realidade muito mais interessante que a sua e porque “desvelava-se por entendê-las e desentranhar-lhes o sentido” (CERVANTES, 1955, 16) – enlouqueceu, o de Agostini, representando o leitor de 1895, ao se deparar com as notícias de seu país pelos jornais que circulavam na Capital da República, angustiou-se de tal forma que levou a mão à testa em atitude de franco desespero. Se o passado nos livros de cavalaria deslumbrava o Quixote de Doré, o cidadão republicano brasileiro, caso tivesse entre seus papéis alguma edição dos periódicos que circulavam na Corte do Império, tinha muitas razões para estar com os nervos comprometidos. Os anais do Brasil já não “se aproximavam intimamente

da definição de Montesquieu de uma história enfadonha” (HAMBLOCH, 2000, 25), ao ponto de levar o Imperador ao sono profundo (AGOSTINI, anno 12, nº 450, 1887). Muito pelo contrário, o leitor estarecido precisa ser amparado diante da narrativa dos “banimentos, violência e atos vis; do terrorismo dos arrogantes *llaneros*; das atrocidades dos inescrupulosos gaúchos; de pilhagem, decapitações, corte de gargantas, barrigas rasgadas, fuzilamentos, prisões sinistras e torturas diabólicas” (HAMBLOCH, 2000, 25) (AGOSTINI, anno 1, nº 1, 1895).

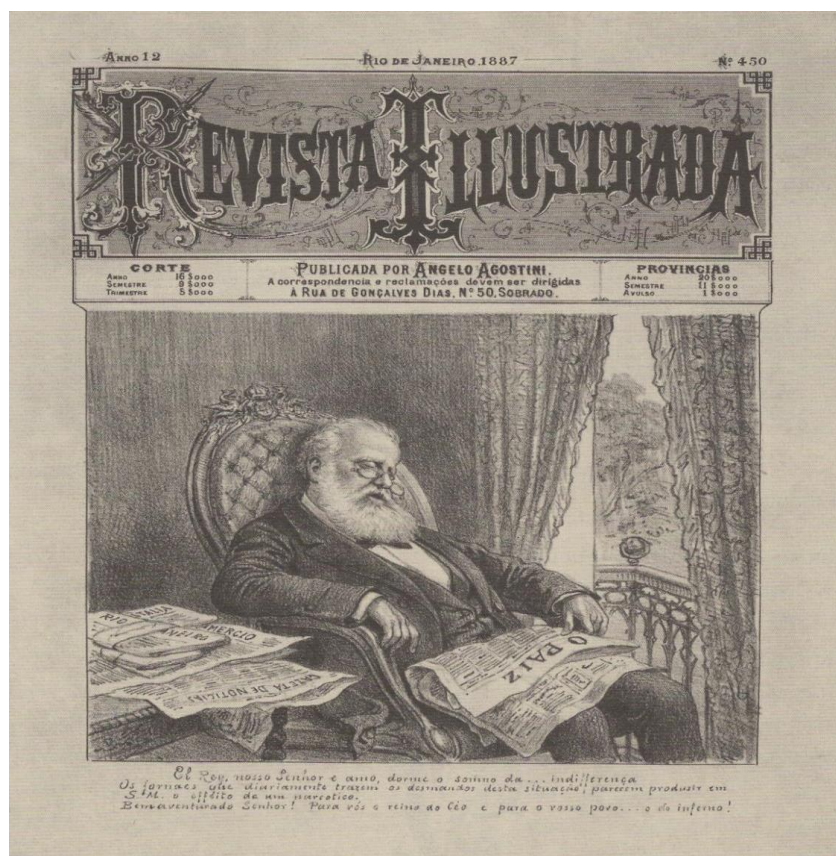


Figura 4.

D. Pedro II dorme lendo os jornais, por Angelo Agostini

Revista Illustrada, anno 12, nº 450, 1887.

O segundo motivo não está na ilustração do nº 1, mas viria largamente representado daí para a frente. Agostini, em seu *Don Quixote*, agora se dedicava ao governo republicano da mesma forma que se dedicara ao Império de D. Pedro II em sua *Revista Illustrada*⁴⁰ e a “bola da vez” seria o Presidente da República. Criou uma

⁴⁰ “Em 1º de janeiro de 1876 (Angelo Agostini) fundou a *Revista Illustrada*, que funcionou inicialmente na rua da Assembleia nº 44, onde também foi instalada a Oficina Litográfica a Vapor da *Revista Illustrada*. A

sequência de ilustrações para denunciar os desmandos do governador de Pernambuco Alexandre José Barbosa Lima (1862-1931)⁴¹, cognominado *Barbosa Fera* por conta de seu governo violento e autocrático. Nela “o próprio Senado Estadual está ameaçado de ser vítima da feroz bicharia”. No quadro seguinte Prudente de Moraes (1841-1902) é retratado como um sacerdote católico e se lê: “O que fez com que os senadores pedissem providência ao Sr. Prudente de Mais que se limitou a deitar-lhes a bênção... constitucional” (AGOSTINI, anno 1, nº 8).

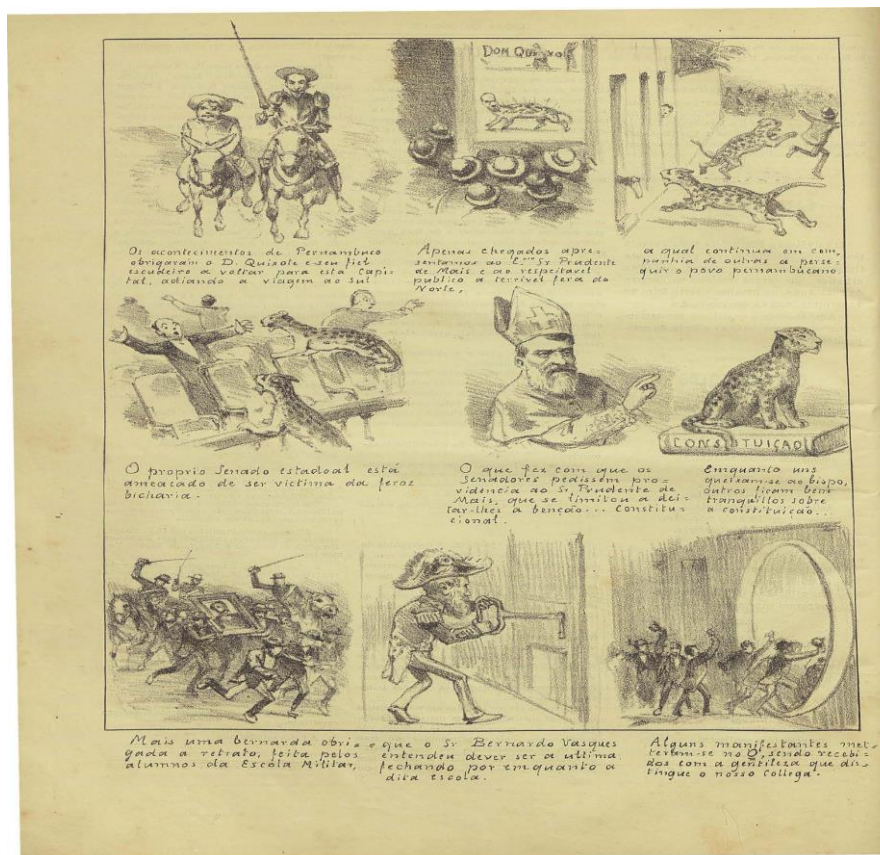


Figura 5.
Prudente de Moraes deitando a bênção constitucional, por Angelo Agostini
Jornal ilustrado *Don Quixote*, anno I, nº 8, 1895

publicação era composta de oito páginas, no formato 36,4 x 27,7 cm. As páginas número um, quatro, cinco e oito eram ilustradas através da técnica litográfica, enquanto as restantes foram inicialmente ocupadas somente por textos, passando, posteriormente, a fazer uso da xilografia na sua composição”. (NASCIMENTO, CPDOC, FGV)

⁴¹ No nº 7 de 1895 do *Don Quixote*, Agostini já havia reproduzido as censuras da imprensa ao assassinato que “acaba de roubar ao heroico Estado de Pernambuco um dos seus mais ilustres cidadãos, o Dr. José Maria de Albuquerque Mello, redator principal do jornal *A Província* e um dos chefes do partido autonomista. Esse fato que o Poder Central, em vista dos telegramas que o previam, poderia ter talvez evitado, providenciando no sentido de ser garantida a liberdade eleitoral no pleito que o ocasionou (...)” Um telegrama publicado nos principais jornais do Rio de Janeiro dizia: “A opinião pública indigna o Dr. Barbosa Lima, como mandante do crime, que foi premeditado”

Nas páginas centrais do número 14 do mesmo ano, uma representação feminina da Nação, em desespero, pede auxílio do presidente, porque está sendo atacada por uma besta serpentiforme representando a “Política Despótica”⁴². Na legenda se lê: “ *A Nação – Livra-me! ... livra-me quanto antes desta hidra, se não seremos devorados por ela! Prudente de Moraes – Espera ... não tenhas pressa ... deixa-me ver se acho aqui na Constituição um artigo que me autorize ...*”. Prudente está sentado placidamente consultando um livro (AGOSTINI, anno 1, nº 14, 1895). É possível traçar um paralelo com a capa da *Revista Illustrada* de 05 de janeiro de 1887, na qual Dom Pedro cochila despreocupado tendo ao seu redor os jornais (AGOSTINI, anno 12, nº 450, 1887). Ao que parece, ainda que sem intenção, Prudente de Moraes está sendo identificado por Angelo Agostini, com o velho D. Pedro II dos fins do Império. Se as anedotas de Agostini são reverberações da opinião pública, o cidadão brasileiro devia estar, como o Don Quixote do nº 1, em sérios apuros, tentando compreender a mudança na conduta presidencial, desde 15 de novembro de 1894: Agostini, infelizmente, não estava no Brasil para iluminar o governo de Floriano Peixoto, porém é difícil imaginá-lo o retratando como um padre deitando a benção constitucional.

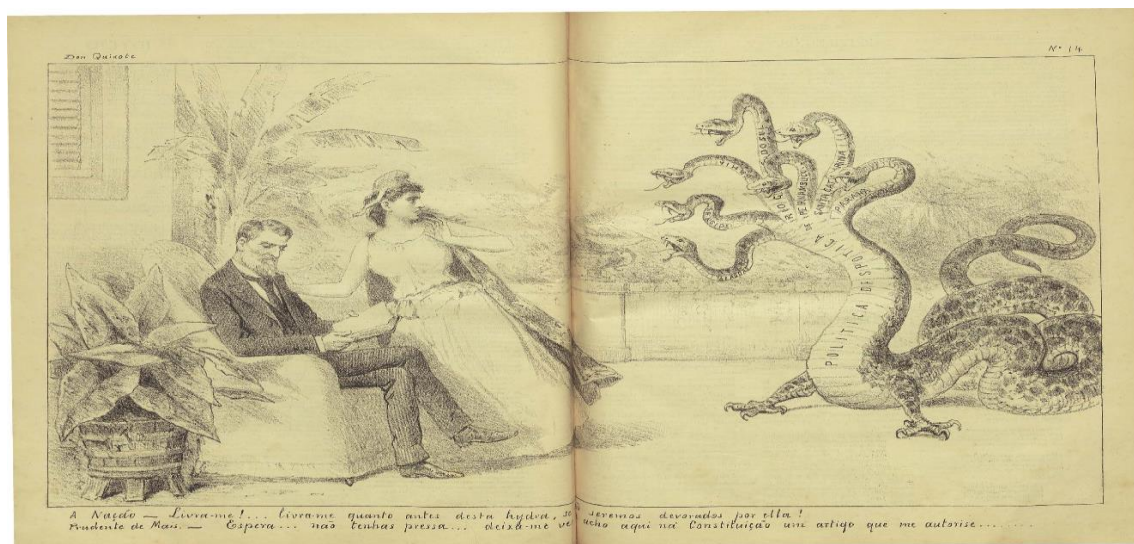


Figura 6.

A “política despótica” ameaça a Nação, por Angelo Agostini

Jornal ilustrado *Don Quixote*, anno I, nº 14, 1895.

⁴² O monstro tem sete cabeças de serpente e em cada uma delas vem escrito o nome de um estado: Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O curto “reinado” de Deodoro ainda fora fortemente influenciado pela operação de uma espécie de parlamentarismo que funcionou de forma precária. Sob Floriano, o Brasil recuou ainda mais “abandonando o traçado superior” dessa tradição política. O PRP, principal partido político de então, preferiu apoiar Floriano Peixoto a correr o risco de os *deodoristas* retornarem ao poder através de um novo golpe militar (SCHULZ, 1994, 173). Dessa forma, Floriano não sofria oposição parlamentar séria e estava seguro para enfrentar a oposição dos militares da maneira que lhe conviesse. Antes mesmo da Revolta da Armada, o governo Floriano já vinha praticando o tabelamento de preços de gêneros alimentícios e decretara a redução dos aluguéis no Rio de Janeiro. Floriano assumiu a presidência comprometido com a indústria em condições econômicas desesperadoras por conta do colapso do *Encilhamento*. Conseguiu aprovar uma linha de crédito substancial operada pelos bancos do Brasil e da República – posteriormente fundidos – em favor dos industriais e reduziu a tarifa para importação de maquinário. Grandes indústrias foram beneficiadas com essas medidas, porém a maioria era constituída de pequenas e médias, o que garantiu a Floriano uma popularidade imensa entre esses setores. Floriano estabeleceu que dois terços de 100 mil contos de réis que seriam repassados às indústrias, fosse destinado àquelas que operassem fora da capital, o que estendeu seu prestígio entre a classe média para além das fronteiras do Rio de Janeiro, onde quem comandava era o capital agrícola (SCHULZ, 1994, 177-181).

A Revolta da Armada fortaleceu sobremaneira a imagem de Floriano Peixoto como homem providencial. Na verdade, ele se tonou o arquétipo do que isso poderia significar “no meio do espanto e do alarme e do delírio de adesões e entusiasmos, que para logo repontaram de todos os lados, gerando aquela angustiosíssima commoção nacional” (CUNHA, 1923, 18). Quando a esquadra de Custódio de Melo iniciou as hostilidades, o povo da capital entrou em pânico e aconteceu um movimento de retirada para o interior. Floriano então colocou

“à disposição da população galpões à margem da estrada de ferro, além disso determinara à Prefeitura o fornecimento de alimentação à população pobre que se ausentasse da capital, assim como de passagens gratuitas de ida e volta na estrada de ferro Central do Brasil, até a última estação dos subúrbios” (COSTA, 2010, 31).

Com forte apoio popular, para ele voltaram-se todas as atenções quando as belonaves ameaçaram bombardear a capital. Já no dia 09 de setembro, três dias após o início das hostilidades, o efetivo de defensores das costas contava com dez mil homens e

as fortificações que impediriam o desembarque da tropa sediciosa estavam completas (MIRANDA, 1963, 242). Esse efetivo, em grande parte, era composto de voluntários que formavam os chamados *Batalhões Patrióticos*, vindos de diversos Estados⁴³. Um desses Batalhões, o Silva Jardim, vindo de Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, formado “majoritariamente pela mocidade acadêmica” da cidade, impediu, juntamente com vários outros, que a Armada se apoderasse de Niterói (COSTA, 2010, 32-36).

Certamente a defesa da República era o grande motivo ideológico desses voluntários, principalmente depois que o então diretor da Escola Naval, o Almirante Saldanha da Gama (1846-1895), reconhecido monarquista, aderiu à Revolta da Armada. Entretanto, em nenhum momento, os revoltosos levantaram a bandeira monarquista. Ao contrário, é muito provável que a principal motivação pessoal de Custódio de Melo fosse o orgulho ferido por Floriano não o ter escolhido como sucessor para o próximo pleito presidencial (SCHULZ, 1994, 186). O intuito claro era forçar a renúncia de Floriano para a convocação de eleições imediatas. Deodoro, identificado com a elite imperial, ao ser ameaçado pelo mesmo Custódio de Melo, não contava com apoio popular e perdera o apoio militar, principalmente porque sua política gerou uma inflação que minou o poder de compra da classe (SCHULZ, 1994, 168-169). Floriano que privilegiou com sua política principalmente a sociedade urbana, que afluía em armas para defender a República, obviamente se confundia com ela: a defesa de um e outro era a mesma coisa.

Ao final da Revolta da Armada “os grupos das camadas médias urbanas que haviam se mobilizado em defesa da República, simbolizada na resistência de Floriano Peixoto, passam a publicar periódicos e a manifestar-se continuamente, ocupando as ruas” (COSTA, 2010, 37). Esses grupos, agora eram chamados de *florianistas*, e o florianismo já não era a oposição ao *deodorismo*: *florianismo* passou a ser a oposição a tudo o que fosse contrário a Floriano Peixoto. Não se tratava mais, nem mesmo, da defesa de interesses conflitantes de setores da sociedade, identificados com este ou aquele homem providencial que lhes servia de estandarte. O *florianismo* saído da Revolta da

⁴³ Salm de Miranda enumera 16 desses batalhões patrióticos: “Inicialmente o *Acadêmico* e o *Tiradentes*; depois o *Benjamin Constant*, o *Republicano*, o *Silva Teles*, o *Pedro Ivo*, o *Republicano Municipal*, o *Operário*, o *Francisco Glicério*, o *Defensores da República*, o *Frei Caneca*, o *Franco-Atiradores*, o *Floriano Peixoto*, o *23 de Novembro*, o *Silva Jardim*. A esses veio juntar-se o *Acadêmico de S. Paulo*. Os batalhões da Guarda Nacional surgiram também e se apresentaram no Rio e por todos os Estados” (MIRANDA, 1963, 244-245).

Armada era uma espécie de fanatismo religioso: “Iniciara-se o processo de consolidação do Regime Republicano, restava dar-lhe corpo, substancia ideológica. Nesta outra batalha Floriano só contava com o povo e este o tinha como liderança reconhecidamente capaz” (PENNA, 1989, 63).

A batalha ideológica que se travou em que, supostamente, estava em jogo a existência do regime republicano, colocou em destaque um grupo de radicais que ficou conhecido como *Jacobino*:

“Nesse contexto de luta, o jacobinismo seria a instrumentalização de todas as esperanças utópicas republicanas florescidas nos grupos acadêmicos, nas camadas médias, nos proletários e *declassés* a imprimir uma missão revolucionária, mas sem objetivos claros na sociedade, sob o escudo militar, onde avultava o papel de jovens militares intoxicados pelo positivismo, e tendo em Floriano Peixoto o polo de atração e o esboço do ditador central do comitismo” (COSTA, 2010, 132)

Essas camadas médias urbanas beneficiadas pelo governo Floriano através dos incentivos às indústrias, do tabelamento dos preços dos gêneros alimentícios, da expansão do serviço público, agora estavam inflamadas pelas vitórias na Revolta da Armada, onde “combateram, lutaram, tiveram mortos e feridos nas suas fileiras” (MIRANDA, 1963, 245).

“As principais características desses jacobinos brasileiros seriam: um nacionalismo fervoroso, que se traduz numa defesa aguerrida da soberania nacional contra o imperialismo europeu (...) e na defesa da nacionalização de algumas atividades econômicas; um culto à República e a defesa de qualquer meio de preservá-la contra seus inimigos; uma xenofobia visando os imigrantes de origem europeia, especialmente os portugueses, controladores de boa parte do comércio carioca e considerados reacionários e portanto inimigos de Floriano e da República; um autoritarismo manifestado na defesa da ditadura militar, encarnada na figura do marechal Floriano Peixoto; um progressismo que se traduz na defesa da industrialização, de medidas visando melhorar a condição de vida dos trabalhadores; um forte anticlericalismo” (SAES, 2005, 49).

A posse de Prudente de Moraes, em 15 de novembro de 1894, na presidência da República, aumentou ainda mais a virulência dos jacobinos. “A aversão dos florianistas a Prudente era radical, (...) se não fosse a autoridade do Marechal Floriano Peixoto, o jacobinismo não teria amarras que o contivesse e Prudente de Moraes não teria assumido o poder” (OTÁVIO FILHO, 1942, 67). Um dos primeiros atos do governo Prudente de Moraes foi negociar uma anistia total para aqueles que aderiram à Revolta da Armada e à Revolta Federalista do Rio Grande, como forma de pacificar os conflitos que ainda perduravam no sul do país. A negociação da paz “era vista pelos jacobinos como traição,

principalmente porque estava sendo suspenso o castigo que Floriano iniciara contra os revoltosos” (ALMEIDA, 2006, 148).

A morte de Floriano em 29 de junho de 1895 agravou o que já estava ruim. Estabeleceu-se de imediato um culto fanático ao *Marechal de Ferro* que se propagou por todo o país. Ainda que demasiadamente apologética, da narrativa de Salm de Miranda é possível apreender o que representou a morte de Floriano:

“Naqueles três dias que precederam o enterro, não houve esquina onde um orador não falasse, nem lar onde não ardesse uma vela; as faculdades, colégios e escolas de todos os graus no país inteiro, curvaram-se sobre os livros, em silêncio e a própria Escola Naval, atirada contra ele pela intriga facciosa e desleal do seu próprio comandante, num grave momento, veio, de espadim abatido, velar o seu esquife. O comércio, a indústria e os bancos, sem que ninguém lembrasse, cerraram as portas.” (MIRANDA, 1963, 331)

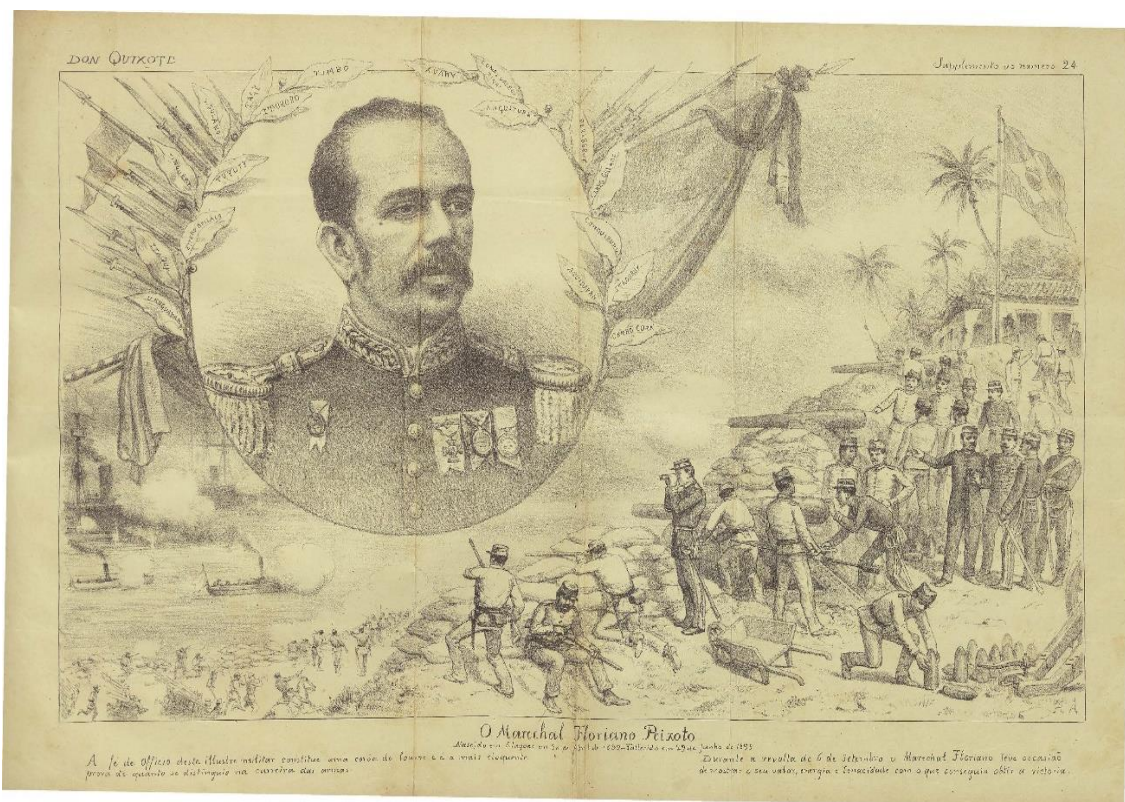


Figura 7.
Homenagem a Floriano Peixoto, por Angelo Agostini
Jornal ilustrado *Don Quixote*, anno I, nº 24, 1895

Todos os jornais e revistas reverenciaram o marechal defunto, reproduzindo as declarações das principais personalidades de então: Quintino Bocaiuva, Machado de

Assis (1839-1908)⁴⁴, Alberto Torres (1865-1917)⁴⁵, Artur Azevedo (1855-1908)⁴⁶, Garcia Redondo (1854-1916)⁴⁷, entre outros: “Durante semanas, a imprensa do país ocupou-se da morte do consolidador da República em prosa e verso”. (MIRANDA, 1963, 331-337). A burocracia republicana produziu um paradoxo para o qual os *jacobinos*, por mais republicanos que desejassem ser, não estavam preparados para entender: o soldado que usurpou o coroa e a manteve pela força da espada, era sepultado como rei e no seu trono se assentava um monge.

Prudente José de Moraes Barros era um legítimo representante das elites políticas do Brasil de então. Foi eleito deputado pelo Partido Republicano em 1885; eleito senador e indicado o primeiro governador do estado de São Paulo, depois de proclamada a República; renunciou para assumir a presidência da Assembleia Constituinte instaurada em 15 de novembro de 1890, permanecendo como vice-presidente do Senado até 1894. Politicamente, parece natural tanto ele ter perdido a primeira eleição presidencial tendo de concorrer com Deodoro da Fonseca, quanto havê-lo sucedido. Só não pareceu natural à sociedade para a qual, por meio século, o soberano não era uma entidade política e que nos últimos dois, fora governada pelo “rei” que parece ter desejado desde sempre. Essa

⁴⁴ Joaquim Maria Machado de Assis foi um dos principais escritores brasileiros durante o século de XIX. Sua primeira publicação data de 1854 no *Periódico dos Pobres* e desde então exerceu uma atividade constante na imprensa brasileira. Desde 1858 como revisor e colaborador do *Correio Mercantil* atuou no *Diário do Rio de Janeiro*, na revista *O Espelho*, na *Semana Ilustrada*, no *Jornal das Famílias*, no jornal *O Futuro*. Em 1867 foi nomeado diretor de publicação do Diário Oficial. Depois disso atuou nos jornais *O Globo*, *O Cruzeiro*, *A estação*, *Revista Brasileira*. Seu primeiro romance foi escrito em 1872 e é dele algumas das principais obras de literatura brasileira do século XIX como *Esaú e Jacó* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, além de haver publicado um número significativo de obras poéticas e traduções. É membro-fundador da Academia Brasileira de Letras e seu presidente por quase dez anos. (www.machadodeassis.org.br Acessado em 12out2015)

⁴⁵ Alberto de Seixas Martins Torres foi advogado, jurista, republicano convicto, foi deputado estadual e federal pelo Rio de Janeiro depois de proclamada a República. Foi ministro do Interior no governo Prudente de Moraes, Presidente do Estado do Rio de Janeiro em 1897, ministro do Supremo Tribunal federal em 1901. Pensador, filósofo e publicista, escreveu diversas obras tais como *O problema Nacional Brasileiro* e *A Organização Nacional*. Colaborou nos jornais *O Estado de São Paulo*, *o Imparcial*, *A Noite*, *A Época* e *a Gazeta de Notícias*. (www.stf.jus.br Acessado em 12out2015)

⁴⁶ Arthur Nabantino Gonçalves de Azevedo foi jornalista, escritor, poeta, contistas e teatrólogo. Escreveu diversas peças de teatro de revista, além de contos e obras poéticas. Foi um abolicionista atuante. É membro-fundador da Academia Brasileira de Letras. (www.unicamp.br Acessado em 12out2015)

⁴⁷ Manuel Ferreira Garcia Redondo, foi engenheiro, jornalista, professor, teatrólogo. Colaborou em Portugal com a organização do Novo Almanaque Luso-brasileiro e fundou a revista *O Peregrino*. No Brasil colaborou em *A República*, *A Ideia*, no periódico satírico *O Mosquito*, no *Jornal do Commercio*, em *O Repórter* e na *Revista de Engenharia*. Publicou vários contos, dramas e comédias. É membro fundador da Academia Brasileira de Letras. (www.biblio.com.br, acessado em 10out2015)

sociedade poderia adaptar-se ao novo *ethos* republicano que encontrava uma representação ideal na figura metódica e, sobretudo, legalista de Prudente de Moraes, desde que esquecesse Floriano e tudo o que ele representou para si. Os *jacobinos*, no entanto, encarregar-se-iam de não deixar que isso acontecesse⁴⁸.

Em 05 de novembro de 1897, o marechal Carlos Machado Bittencourt (1840-1897) foi morto no trajeto que fazia a comitiva que acompanhava Prudente de Moraes, no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. O presidente voltava do navio Espírito Santo ao qual tinha subido para homenagear o Estado-Maior do General João da Silva Barbosa, em regresso da Bahia, comandante da Primeira Coluna da quarta e última expedição a Canudos, que sufocara o levante dos seguidores de Antônio Conselheiro (1830-1897). No retorno do navio, entre o cais do porto e as instalações do Arsenal de Guerra, um anspeçada⁴⁹ do Exército

“ (...) subitamente toma a frente a S. Ex. e encosta-lhe ao coração a bocca de uma garrucha de 2 cannos que, si tivesse explodido, fulminaria o venerando ancião, dilacerando-lhe o peito, tal a formidável carga que trazia cada um dos cannos”. (CALDAS, 1898, 92).

Marcelino Bispo (1875-1897), no entanto, esqueceu de armar o cão da garrucha⁵⁰ e não conseguiu efetuar o disparo. A comitiva se lançou sobre ele e na confusão que se seguiu, tendo sido desarmado da garrucha, arremeteu em desespero sobre quem encontrou pela frente com um punhal. Feriu um coronel e esfaqueou o Ministro da Guerra até a morte.

O atentado de cinco de novembro de 1897 é o resultado de uma conspiração muito bem construída, que envolveu quantidade significativa de autoridades públicas do

⁴⁸ É preciso, em ocasião oportuna, perseguir o caminho do florianismo pela sociedade brasileira e entender as diversas formas que o culto a Floriano Peixoto assumiu em seus diferentes estratos. Neste momento, no entanto, nos ocuparemos de Marcelino Bispo de Mello, um anspeçada do Exército, recém-chegado à capital da República em 1897.

⁴⁹ Anspeçada é uma graduação extinta que, na hierarquia militar se posicionava entre o soldado e o cabo.

⁵⁰ A garrucha é uma arma de cano curto semelhante a uma pistola ou um revolver, mas que efetua um único disparo porque pela boca dos canos são comprimidos a pólvora, com outros elementos porventura necessários, juntamente com os projéteis. O cão da arma que é acionado pelo gatilho, funciona como um martelo que ao chocar-se com a espoleta, provoca a explosão dentro do cano, impulsionando os projéteis para fora em direção ao alvo. Para que isso ocorra é necessário que o atirador arme o cão, ou seja, o traga em sua direção, à retaguarda, para que, ao acionar o gatilho, uma mola o impulsione para frente. Se o cão não estiver armado, acionar o gatilho é inútil.

governo Prudente de Moraes. O relatório do inquérito instaurado para apurar as causas e os responsáveis pelo atentado, parece um rol do primeiro escalão da República (NEIVA, 1898). Estão envolvidos o vice-presidente Manuel Vitorino (1853-1902), o senador João Cordeiro, os deputados Barbosa Lima, Irineu Machado (1872-1942), Torquato Moreira (1860-?), Alcindo Guanabara (1865-1918) e Francisco Glycério, além de vários militares e civis. Motivações políticas; ambições pessoais; o ambiente social conturbado pela crise gerada pela Guerra de Canudos (1896-1897), que acrescenta à oposição florianista difusa na sociedade, uma oposição marcada dentro do Exército⁵¹; o temor da restauração monarquista, tudo isso pode ser identificado como causas para a conspiração que atentou contra a vida de Prudente de Moraes. E no meio dessa polifonia complexa de um coro para mil vozes, paira um dueto inusitado que se estabelece entre um vocalista de primeira linha e um cantor popular, simplório e deslocado.

Em 1897, provavelmente em setembro⁵², Angelo Agostini compõe mais uma de suas paródias, desta vez evocando claramente a confusão do leitor diante da presença de Prudente de Moraes e a memória de Floriano Peixoto. Barquinhos de papel representando os jornais de oposição ao governo, atiram cobras e lagartos sobre o presidente, encastelado num forte às margens da baía da Guanabara, guarnecido por um guarda-chuvas no qual se lê “constituição”. A legenda diz:

“O almirante Chico Glycério à testa da esquadra revoltosa bombardeando o governo legal. Não se sabe o que mais admirar! Se a audácia do actual chefe dos revoltosos se a calma extraordinária do prudentíssimo Sr. Presidente da República!” (AGOSTINI, anno III, nº 87, 1897)

⁵¹ Depois da morte de Moreira César e do fim trágico da terceira expedição a Canudos, tornou-se corrente dizer que Antônio Conselheiro estava recebendo apoio dos monarquistas, que pretendiam consumir o Exército nos sertões da Bahia de forma a não haver resistência armada a um contragolpe. O general Artur Oscar, comandante da Quarta Expedição era um opositor declarado do governo. No dia do atentado, os militares a quem Prudente de Moraes foi cumprimentar “nem sequer guardaram as conveniências da mais rudimentar civilidade” (CALDAS, 1898, 89).

⁵² O número 87 de *Don Quixote* foi consultado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=714178&pasta=ano189&pesq=> (consultado em 13nov20015, 21:42H). A pasta do nº 87 contém somente imagens, e não faz referência à data. Não é nem possível confirmar se a imagem realmente pertence ao nº 87. Do ano de 1897, há apenas dez edições de *Don Quixote*, enquanto houve 43 edições em 1895 e 34 em 1896. O que se pode afirmar com certeza é que o nº 88 é posterior a cinco de novembro de 1897 porque faz referência ao atentado e também é o último do ano.

Entre os quatro periódicos representados por barquinhos de papel, um merece aqui especial atenção, *O Jacobino*.

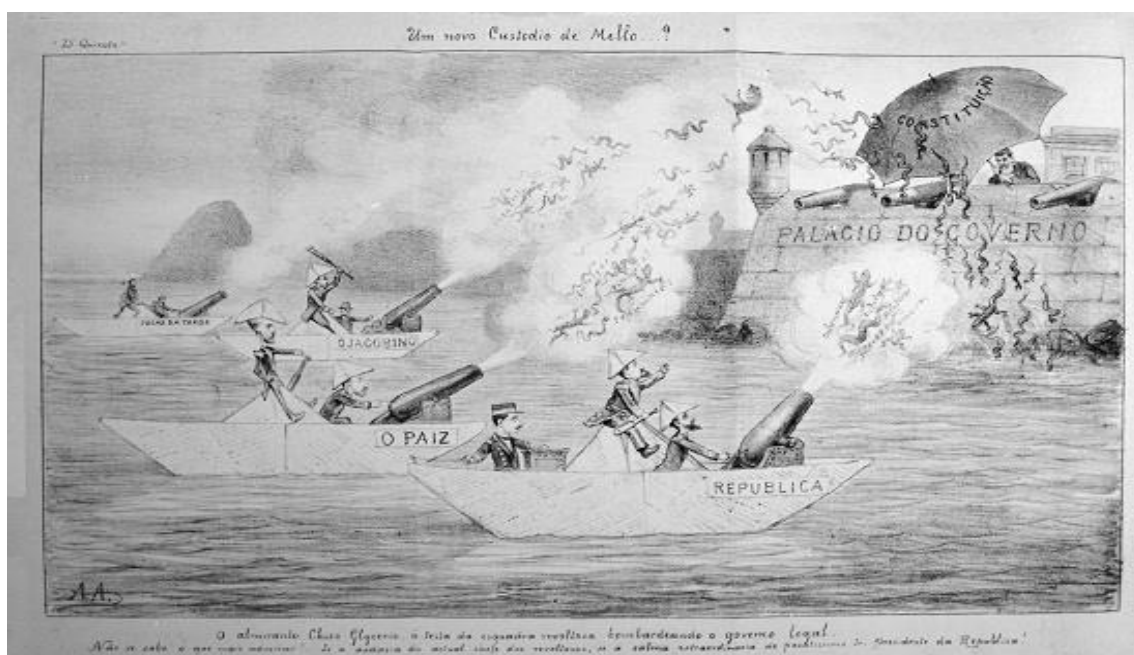


Figura 8.

Os jornais de oposição atacam o Governo, por Angelo Agostini.

Jornal ilustrado *Don Quixote*, anno III, nº 87, 1897.

O diretor e redator desse periódico era Deocleciano Martyr: “republicano histórico, fundador de diversos clubes republicanos, membro de numerosas associações abolicionistas e organizador de vários batalhões patrióticos”. Era coxo de uma das pernas e mesmo assim participou como voluntário no Batalhão Patriótico Tiradentes, que lutou em defesa de Floriano na Revolta da Armada. *O Jacobino* se transformou, como bem notou Angelo Agostini, em um dos principais veículos de oposição ao governo Prudente de Moraes e Deocleciano Martyr se afirmou como um de seus mais virulentos opositores “seguido por sequazes que em tudo concordavam com o chefe”. Um dos principais patrocinadores de *O Jacobino* foi o próprio Floriano Peixoto que, enquanto esteve vivo lhe prestou “apoio moral e pecuniário” (MUZZI, 2006, 34).

Deocleciano colocou-se como porta-voz de um grupo exaltado, que imaginava que a única maneira de salvar o regime republicano seria o afastamento de Prudente de Moraes da presidência. Quando o presidente se retirou para tratamento de saúde, ele passou a conspirar com Manuel Vitorino, então presidente em exercício, para não consentir em seu retorno. Vitorino começou a ser identificado por Deocleciano Martyr

em seu *O Jacobino*, com Floriano Peixoto. Após a derrota da segunda expedição a Canudos, o Governo organizou uma terceira que mobilizou o Exército Nacional e Manuel Vitorino nomeou como comandante o temido coronel Antônio Moreira César (1850-1897). É muito provável que a indicação de Moreira César tivesse o intuito de criar um novo “general do partido”, da mesma forma que o Barão de Cotegipe imaginou fazer de Deodoro. Moreira César era um militar impiedoso e obstinado que, voltando de Canudos vitorioso – dada a exaltação dos ânimos por conta dos sucessos de Antônio Conselheiro, nas contas de Manuel Vitorino – seria forte o suficiente para impedir que Prudente de Moraes retornasse. No entanto, a cabeça de Moreira César foi empalada em uma árvore pelos revoltosos. Quando a notícia do fracasso da terceira expedição chegou ao Rio de Janeiro, Prudente de Moraes retornou de Teresópolis, onde se recuperava de uma cirurgia e mandou avisar a seu vice que estava dispensado de suas funções (ALMEIDA, 2006, 149-150). A morte de Moreira César e o retorno intempestivo do presidente, frustraram as expectativas dos *jacobinos* de se livrarem da “venalidade, da inconsciência, da nulidade personificados no Sr. Prudente de Moraes” (*O Jacobino apud* ALMEIDA, 2006, 149). A partir de então, Deocleciano Martyr conjurou uma sociedade secreta que decidiu pelo assassinato do presidente como forma de salvar o regime (NEIVA, 1898, 22-32). Marcelino Bispo surgiu por acaso, um extraordinário acaso, que mudou a história da República.

“Inteligência acanhada, instrução rudimentar, afetividade mórbida que lhe abria o coração a todas as sugestões em que entrasse uma solicitação de aparência generosa aos seus ideais confusos de grandeza pátria, facilmente convertido pelo ambiente em um fanático pela memória do marechal Floriano, e possuindo toda a violência agressiva de um impulsivo degenerado e hereditário, estava ele admiravelmente talhado para se constituir prisioneiro moral do primeiro aventureiro, de habilidade e sem escrúpulos, que dele quisesse fazer um instrumento perigoso, explorando essas tendências sentimentais. E foi o que dele fez Diocleciano Mártir.” (RODRIGUES, 2006, 113)

Marcelino nasceu em Alagoas, em 1875. Mais velho de oito irmãos em uma família de descendentes indígenas, lavradores do “termo do Muricy”. Aos quinze anos “fugiu” de casa e a família só teve notícias dele em 1895, quando passou a escrever “dando notícias de si”. Incorporou no “2º Batalhão” em Pernambuco e em 1896, foi transferido para o “33º em Maceió”. Foi quando a mãe o visitou e “parecia-lhe Marcelino satisfeito nesta capital”, tendo até a convidado para ir morar consigo, onde poderia melhor mantê-la e aos irmãos menores. “Inesperadamente porém, a 5 ou 6 de setembro, recebe a mãe de Marcelino uma carta deste, em que lhe dá notícia de sua próxima viagem para a

Capital Federal” e depois disso, à família remete uma única carta, datada de julho de 1897, do Rio de Janeiro. A mãe informou ao oficial de justiça que até o dia em que saiu de casa, Marcelino era “um rapaz trabalhador, manso e obediente, se bem que bisonho e taciturno. Pouco aparecia então na rua, ocupado com os trabalhos da roça” (PINDAHYBA *apud* MACIEL, 2007, 81-84).

Chegou ao Rio de Janeiro em onze de setembro de 1896. Pelo que se sabe das informações colhidas pelo Procurador da República de Alagoas, aprendeu a ler em casa com o pai (PINDAHYBA *apud* MACIEL, 2007, 83) e o pouco que aprendeu foi suficiente para que “a linguagem” de Deocleciano Martyr o agradasse, linguagem esta apreendida da leitura de *O Jacobino*. Marcelino Bispo declarou em seu depoimento que era “republicano (...) e fanático pela memória do Marechal Floriano” e por isso desejava conhecer Deocleciano Martyr, o que aconteceu “nos fins de agosto” de 1897. Desse encontro em diante, Deocleciano passou a manipular Marcelino Bispo através do fanatismo com o qual ele se dedicava à “memória” de Floriano Peixoto. Ofereceu-lhe a mão cordialmente, franqueou-lhe sua casa e “fallando a respeito do Exército, disse a elle que o Governo perseguia o Exército”. Foi astuto e rápido quando soube que Marcelino “era da terra do homem a quem elle Deocleciano adorava” dizendo “que todo alagoano tinha obrigação de ser jacobino e que o Governo perseguia muito os florianistas” (NEIVA, 1898, 56).

Deocleciano percebeu a simplicidade de Marcelino Bispo e testou sua boa-fé questionando “si era elle capaz, como florianista que era, de entrar em uma coivara de fogo para fazer resuscitar o Marechal Floriano” e ouviu dele que “tudo faria”. De primeiro de setembro até cinco de novembro de 1897, Deocleciano propôs vários juramentos em “nome do Marechal Floriano” a Marcelino Bispo, armou-o, treinou-o para que atirasse melhor, apresentou-o como seu amigo às autoridades com quem convivia, mandou-o a vários lugares públicos onde possivelmente Prudente de Moraes estaria, teve paciência em face da indecisão que atormentou o rapaz de “afetividade mórbida que lhe abria o coração a todas as sugestões em que entrasse uma solicitação de aparência generosa aos seus ideais confusos de grandeza pátria”⁵³. Deocleciano soube esperar o momento certo

⁵³ Em seu depoimento ao delegado Vicente Neiva, Marcelino Bispo declara que, estando armado de um mosquetão, partiu, para a praça da República, onde se comemorava o Sete de Setembro em 1897, para

sem exasperar Marcelino Bispo, até que a ocasião perfeita se mostrou em cinco de novembro (NEIVA, 1898, 56-62).

Não é possível dizer como seria a história do Brasil se Dom Pedro não houvesse perdido a “consciência de monarca” (FERRERO *apud* MIRANDA, 1963, 123) e ao invés de esperar pacientemente que Deodoro atendesse o seu chamado para uma audiência, a que não compareceu, tivesse saído pelas ruas emplumado, escoltado por seus dragões, e irrompendo no Quartel General gritasse, “*disarmato ei sia!*”, como o Felipe II de Giuseppe Verdi (1813-1901)⁵⁴. Mas sabe-se que muito do que foi a história do fim do Império se deve exatamente a atitude plebeia de um rei de barbas longas e sobrecasaca burguesa, sonhando com a “aposentadoria” para que pudesse lecionar, como se fosse um magistrado cansado de seu ofício (MIRANDA, 1963, 123). Em 1895, depois de dois homens providenciais, um deles encarnando o Leviatã hobbesiano⁵⁵, sua majestade o presidente do Brasil era um advogado esguio, com uma feição serena, alguém que impôs “autoridade calma” à Assembleia Constituinte republicana, não porque tivesse o ar severo, ou exercesse uma influência irresistível, mas porque era um hábil “redator, revisor; quem coligia e combinava as emendas, quem as classificava, separava, destruía ou aproveitava; árbitro das ideias, regente do tumulto, organizador do caos” (CALMON, 1942, 27). Os *jacobinos* criam que a eliminação de Prudente de Moraes era condição *sine*

“executar o plano”. Mas não o fez porque “apezar de não estar em seu juízo perfeito, por causa da bebida que lhe deu Deocleciano, ainda assim reflectiu que era dia de festa nacional” (NEIVA, 1898, 58).

⁵⁴ A referência ao Felipe II de Verdi não é gratuita. A ópera *Dom Carlos* estreou em Paris em 1867 e se baseia no poema *Don Carlos, Infant von Spanien* de Friedrich Schiller (1759-1805), um dos principais representantes do romantismo alemão. O libreto do qual Verdi se serviu conta a história do príncipe e seus tormentos, tendo de amar a esposa de seu pai e por possuir ideais de liberdade, estranhos ao absolutismo de um império, sustentado em duas figuras que encarnavam a autoridade máxima: O Grande Inquisidor e o próprio rei. O drama é construído de forma a demonstrar que a monarquia é baseada na *mise-en-scène* do rito absolutista. Na grande cena do Auto da Fé no III ato, Dom Carlos, diante da recusa de Felipe II em nomeá-lo regente em Flandres, região duramente castigada pelo despotismo imperial, arranca a espada e enfrenta o rei que, após ordenar duas vezes que o infante fosse desarmado, mantendo-se diante dele em atitude desafiadora, repete a ordem uma terceira vez, acompanhado da orquestra que se eleva em tons ameaçadores, o que força uma atitude do Marquês de Posa. Felipe II representa o ideal de soberano que já não existia de fato no século XIX, quando a ópera foi composta, mas preenchia o imaginário europeu: um rei forte, irresistivelmente acatado em sua autoridade.

⁵⁵ Em 1651 Thomas Hobbes (1588-1679) publicou *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. “Em hipótese alguma o soberano hobbesiano pode ficar sujeito às leis civis (cap. XXIX): o soberano encontra-se unicamente `sujeito às leis da natureza, pois essas leis são divinas e não podem ser revogadas pelo poder do estado. Mas a quaisquer leis feitas pelo próprio estado, pelo próprio soberano, este não pode estar sujeito, porque estar sujeito às leis civis, no seu caso, é o mesmo que estar sujeito ao soberano representante, ou seja, a si próprio. E uma tal situação não é sujeição às leis – pelo contrário, é uma situação de liberdade em relação à lei que o estado a si mesmo se outorga” (MONTEIRO, p. 1-2).

qua non para a existência da República, não porque identificassem nele um monarquista ou alguém que, pela inércia, propiciasse a restauração do antigo regime. Essa crença parece estar diretamente ligada ao que observou Ernest Hambloch: “Os *homens fortes*, entretanto, conseguiram reunir a maioria do povo para ensaiar os artigos de sua própria heresia, e repetir a farsa de que a democracia na América Latina é um fracasso” (HAMBLOCH, 2000, 33).

Igualmente, não é possível saber qual seria o desfecho dos acontecimentos, tivesse Marcelino Bispo manuseado corretamente a arma que encostou ao peito de Prudente de Moraes. Mas sabemos que esquecer de armar o cão da garrucha, não foi seu maior erro. O erro fatal que cometeu foi ter assassinado o marechal Ministro da Guerra. Por mais uma ironia da História, uma conspiração longa e calculada para eliminar a “nulidade” representada no presidente da República, deu a Prudente de Moraes a chance de transformar-se no desejado homem providencial. A morte do Marechal Bittencourt causou tal comoção que, já na madrugada de cinco para seis de novembro de 1897, pelo menos três dos quatro periódicos representados nos barquinhos de papel de Angelo Agostini, foram “empastelados”⁵⁶, entre eles, *O Jacobino* de Deocleciano Martyr (ALMEIDA, 2006, 157).

Os governistas se apressaram em transformar o Marechal morto por acaso na *Victima do Dever*,⁵⁷ que se sacrificara não só para salvar o presidente, mas a própria República! Eduardo das Neves (1874-1919) “numa composição que marcou época” em “versos que descrevem a cena trágica e que dão uma ideia do que foi o pesar de toda a gente”⁵⁸, ofereceu os pêsames pela morte do “audaz guerreiro” ao Exército, que Deocleciano Martyr imaginava estar salvando. No momento em que trasladavam o

⁵⁶ O empastelamento de redações de jornais era um ato comum de protesto no Rio de Janeiro durante o século XIX. As redações eram invadidas e o material tipográfico era inutilizado.

⁵⁷ *A Victima do Dever* é o título do livro de Pelino Joaquim da Costa Guedes (1858-1919) em homenagem ao Marechal Bittencourt. A expressão também foi utilizada pelo violonista e compositor Eduardo das Neves em uma música que fez com o mesmo fim.

⁵⁸ Palavras de Henrique Foréis Domingues (1908-1980), o Almirante, “a mais alta patente do rádio”, em seu programa semanal *O Pessoal da Velha Guarda*, de 19 de novembro de 1947, veiculado pela Rádio Tupi e pela Rádio Tamoio. A transcrição do programa encontra-se disponível em <http://www.memoriadamusica.com.br/site/imagens/audio/bd-almirante/pessoal-da-velha-guarda/programa.n.6.pdf> (acessado em 02 nov 2015).

cadáver do Arsenal de Guerra para a sua residência, “um grupo de paisanos” o saudou como “*Marechal de Ouro*” e em 12 de novembro de 1897, Mucio Teixeira (1857-1926) o transformava em *O Incomparável* (CALDAS, 1898, 3,17). No dia seguinte ao assassinato, o impopular Prudente de Moraes era alvo “do mais fervido entusiasmo de aclamações” de mais de trinta mil pessoas que acompanharam o enterro do Marechal Bittencourt (CALDAS, 1898, 145). Os jacobinos desapareceram do cenário político na esteira do inquérito que apurou o atentado e, na mesma cova aberta para o *Marechal de Ouro*, também foi sepultado o *Marechal de Ferro*.

Marcelino Bispo tinha quatorze anos quando caiu a monarquia. Não é possível dizer nem mesmo se ele soube disso no termo do Muricy, onde o serviço da roça o absorvia de tal forma que sequer andava na rua. Independente dos instrumentos que o pai utilizou para alfabetizá-lo, é quase certo que entre eles não estava a *Revista Illustrada* de Angelo Agostini. Ele não deve ter se dado conta de que o Imperador se transformara em um bom motivo de risadas. Cinco anos após fugir de casa, no 33º Batalhão de Infantaria de Alagoas, deve ter entrado em contato com um possivelmente muito acentuado culto a Floriano Peixoto. Ainda que não consideremos o fato de o *Marechal de Ferro* ser alagoano, não é possível desprezar a mudança que representou o ver-se como soldado para um “rapaz manso, trabalhador e obediente”, que descendia de índios e cuidava de cavalos. O destino encaminhou o moço “taciturno e bisonho” para o centro do palco em que encenou uma tragédia como ator principal. Mas é tentador imaginar uma alternativa ao destino. Antes de assentar praça em Pernambuco, ele perambulou por cinco anos pelos sertões de Alagoas e

“Antônio Conselheiro ha vinte e dous annos, desde 1874, era famoso em todo o interior do norte e mesmo nas cidades do littoral até onde chegavam, entretecidos de exageros e quasi lendários, os episódios mais interessantes de sua vida romanesca; dia a dia ampliara o domínio sobre as gentes sertanejas” (CUNHA, 1946, 225-226)

Os leitores de Angelo Agostini podem mesmo ser identificados com seu Don Quixote do nº 01, aqueles para os quais a nova vida sob a República era cheia de contradições, decepções e paradoxos que os deixavam perplexos. Mas outros brasileiros encontraram melhor representação no Quixote de Cervantes, retratado por Gustave Doré. São os brasileiros que foram tragados por fantasias das quais a realidade era indistinta. Uns perderam a vida aguardando Dom Sebastião ancorar no meio do sertão suas caravelas douradas. Outros estavam dispostos a se lançarem num incêndio para trazer dos mortos

àquele em quem depositavam toda a esperança. Marcelino Bispo caminhou por sobre a linha divisória que separava as duas fantasias. De um lado, o sincretismo político de um fanático republicano, onde um marechal figurava como rei. Do outro, o sincretismo religioso de um fanático monarquista, onde a República representava o demônio. Parece que não havia para ele nem mesmo a contrapartida do mundo real, o que o fez escolher uma das fantasias que se lhe apresentaram. Se é que escolheu de fato. Marcelino supostamente cometeu suicídio na cadeia, após ter escrito várias poesias, “entre as quais uma muito significativa, intitulada *Jesus Cristo e Floriano*” (RODRIGUES, 2006, 117)⁵⁹.

⁵⁹ O título da poesia em questão é informado por Nina Rodrigues em seu ensaio sobre Marcelino Bispo. Não foi possível encontrá-la para reproduzir aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível dizer – se considerarmos válidas as opiniões de Ernest Hambloch, o detalhado estudo de Lilian M. Schwarcz, e as conclusões de Sérgio Ferraz, discutidos no primeiro capítulo – que a monarquia de fato, poupou o Brasil da tradição do caudilho, pelo menos no que se refere ao governo institucional. Quando o adolescente Pedro de Alcântara foi coroado Pedro II do Brasil, ao que parece, as elites selaram um pacto para resolver suas diferenças, colocando-o como *fiel da balança*⁶⁰. O modelo de parlamentarismo que operou no Brasil durante o Império, funcionava como um fórum dessas elites, e o imperador era o último recurso de toda a controvérsia, ao qual se esperava nunca ter de recorrer.

D. Pedro II absorveu de tal forma essa dinâmica, que à medida em que mais os olhos se voltavam para ele, mais se escondia. Como vimos, ao final da Guerra do Paraguai o ambiente político brasileiro se torna bem mais complexo. Antes os partidos Conservador e Liberal dominavam a cena e não havia, entre eles, questão significativa. Depois da Guerra, abolicionistas, militares, republicanos sobem no palco e passam a reivindicar cada vez mais espaço. A malograda intervenção do Poder Moderador no Parlamento em 1868, traumatizou o monarca de tal forma que, a partir de então, ele perdeu a consciência do papel que deveria desempenhar. Ironicamente, é a partir de então, que essa consciência se tornaria mais necessária: D. Pedro II não exercia suas funções na hierarquia militar quando os oficiais se insurgiam contra os políticos; se negou a encarnar o Império, quando os republicanos emergiram da crise política que ele mesmo causou; se quer estava no Brasil para abolir a escravidão e capitalizar o que teria sido seu maior feito social. Um dos resultados disso foi sua imagem – que deveria representar o ideal sagrado

⁶⁰ A expressão deve ser justificada por considerar-se a mais acertada e deverá nortear essas considerações finais. Antes do advento, na década de 1930, das balanças semiautomáticas, nas quais um ponteiro indicava a massa em quilos numa escala, o peso dos objetos era aferido por analogia: em uma espécie de gangorra em que nas extremidades haviam dois pratos, se colocava, num um peso-ladrão pré-determinado e noutro o objeto do qual se desejava determinar a massa. A massa do objeto era determinada quando a gangorra entrava em equilíbrio. Os pesos e medidas são até o dia de hoje fator de controvérsia constante no mercado. Em tempos de balanças mecânicas, dependendo do valor do objeto que se queria determinar a massa, a busca pelo equilíbrio perfeito era de suma importância como fator de justiça e, conseqüentemente, de paz entre os comerciantes. Este equilíbrio perfeito se obtinha quando um ponteiro, que oscilava junto com a gangorra, apontava o centro. O ponteiro era o fiel da balança que, de forma alguma, poderia pender para nenhum dos lados.

da nação e do Império – ter se transformado no símbolo da decadência do regime. Os periódicos satíricos fizeram dele a maior piada do Império e a impressão que se tem é que seus súditos, só tinham a lamentar de sua partida para o exílio, a perda de um bom objeto de risadas.

O tempo se encarregou de mostrar que havia mais o que lamentar. Porém, também o povo brasileiro, ou pelo menos o povo no Rio de Janeiro, se traumatizou com seu rei que não queria empunhar o cetro. D. Pedro II deixou seus súditos órfãos quando eles ainda precisavam – ou pelo menos desejavam – um pai. A queda da monarquia não representou, pelo menos imediatamente após ter ocorrido, a emancipação das instituições políticas e do povo – e Ernest Hambloch dirá que essa emancipação, ainda em 1934, não havia ocorrido. O segundo capítulo deste trabalho tentou demonstrar que os dois primeiros presidentes não representavam, ainda, a República, ou o que ela deveria ser, mas representavam o que D. Pedro II negou-se a representar.

Deodoro não manteve somente a política do último gabinete que governou o Brasil monárquico, ele manteve a marcha do imperador e fez dela sua insígnia pessoal. Dado o desastre que foi o governo Deodoro, o caso do Hino Nacional parece coisa de somenos. Mas a escolha desse caso foi feita para indicar que, nesse primeiro momento, é possível que ninguém quisesse se livrar do imperador, mas sim de Pedro II. Disso resulta que, talvez, a Proclamação da República tenha sido decorrência de uma confusão. Não só a expressa na narrativa dos fatos prosaicos que ocorreram em quinze de novembro de 1889, mas a que toca nos anseios de seus agentes. Deodoro parece ter desejado se confundir com o imperador na forma. O velho marechal usurpou a aura que circundava D. Pedro II quando se apropriou de sua marcha e, partindo das narrativas desse dia, a única conclusão a que se chega é que o ambiente era o mais controverso possível: as bandas militares faziam soar a marcha imperial enquanto tiros de canhão pipocavam da artilharia no campo e se ouvia soluços de choros convulsivos. Ao povo só restava uma alternativa frente a isso tudo, correr. Pelo menos até que as coisas se esclarecessem.

Deodoro não caiu na graça do povo. O curto período de tempo que passou no poder foi encerrado por um contragolpe, que deve seu sucesso muito mais a não haver expectativa de defesa do que a ataque propriamente dito. Floriano Peixoto, uma incógnita, um enigma indecifrável, emerge, enfim, como o substituto ideal do imperador deposto.

Seu governo evoluiu – ou involuiu – para a franca ditadura e, paradoxalmente, ele se consolidou como ícone da recém instaurada República, confundindo-se com ela de tal forma que qualquer ameaça a si, passou a representar ameaça à Nação. É possível dizer que o brasileiro fora doutrinado, por cinco décadas, para reconhecer esse amálgama entre um indivíduo e sua pátria, mas quando desapareceu o consenso em torno de que esse indivíduo deveria ser D. Pedro II, o vácuo decorrente disso produziu tal ansiedade que Floriano Peixoto, ao final de seu governo, ultrapassara em muito essa condição.

Algumas consequências disso foram discutidas no terceiro capítulo deste trabalho. Nele tentou-se demonstrar de que forma Floriano alcançou o ideal reservado a D. Pedro II. A Revolta da Armada e a Revolta Federalista do Rio Grande do Sul, ameaçaram de fato as instituições brasileiras. A balança política e social passou a oscilar indefinidamente e todos os olhos se voltaram para o fiel. A Floriano coube tomar as decisões que apontariam o equilíbrio. O povo, mais que apoiá-lo nessas decisões, participou delas ao seu lado. A sociedade civil empunhou armas e partiu para a batalha, uma batalha confusa onde as partes alegavam defender a República, mas apenas uma delas possuía sua encarnação perfeita. Floriano era presidente, líder, general. Finalmente, morrer por alguém seria o mesmo que morrer pela pátria.

Em decorrência da vitória de Floriano contra seus opositores, novamente se manifesta a confusão presente na sociedade brasileira, no que se refere ao novo regime. O culto que deveria ser destinado à República, foi todo direcionado ao indivíduo que passou a representá-la. O florianismo deixou de ser a oposição ao deodorismo, para se tornar uma religião que produziu uma seita fundamentalista, o jacobinismo. Para os jacobinos, Floriano não era um presidente, era efetivamente um rei. Em seu modelo sincrético de republicanismo, Floriano tinha de ser entronizado. A inevitável sucessão presidencial, para eles, deveria ser evitada a todo custo. Prudente de Moraes assumiu a presidência da República tendo contra si uma oposição inexplicável: era odiado por se colocar como defensor das instituições que deveriam ser as mais caras num regime republicano. Seu apego às leis tornou-se motivo de chacota na imprensa e os jacobinos apontavam para Floriano, agora morto, como ideal.

A conspiração que quis eliminar Prudente de Moraes pelo assassinato, trouxe para a cena Marcelino Bispo. A conclusão a que quisemos chegar é que somente esse ambiente

confuso do início da República, seria capaz de tirar um lavrador dos sertões de Alagoas e o colocar no centro dos movimentos políticos do Brasil de então. Marcelino foi atingido no âmago de suas convicções e enredado numa trama cheia de sentimentalismos que não seriam possíveis nos tempos de D. Pedro II. A onda de emoções dos tempos de Floriano foi de tal maneira intensa, que se espalhou até um dos mais longínquos recantos do Brasil. Não é possível dizer se no termo do Muricy, alguém se deu conta da crise na monarquia. Mas o florianismo chegou até lá e Marcelino Bispo o comprova.

Por fim, cabe ressaltar que nem só de florianismo vivia o brasileiro em 1897, quando do atentado de cinco de novembro. É interessante notar que o marechal Bittencourt morreu no fim da Guerra de Canudos, um movimento social e cultural tão controverso quanto era o jacobinismo de Deocleciano Martyr. Se na Capital, o fanatismo político levou a uma conspiração para assassinar o presidente da República, com a finalidade não declarada de fazer emergir uma nova ditadura, no sertão da Bahia o fanatismo religioso provocou uma guerra que não tinha finalidade alguma. Marcelino Bispo poderia ter perfeitamente se engajado nas fileiras de Antônio Conselheiro. Ao que parece, foi por ter-se engajado no Exército que acabou constituindo peso significativo no outro prato da balança. E assim, fez-se parte da História.

Retomando as considerações de Euclides da Cunha reproduzidas na introdução deste trabalho, é curioso notar que Raimundo Nina Rodrigues faz com Marcelino Bispo aquilo que o autor de *Os Sertões* procura não fazer com Antônio Conselheiro: o inclui “em uma modalidade qualquer de psicose progressiva”. Euclides da Cunha estava mais preocupado com a “potência superior” que fez de seu personagem um expoente na História, do que com o personagem em si. Nina Rodrigues tomou a história como ponto de partida para classificar Marcelino Bispo numa categoria patogênica. A História figura no artigo do médico apenas como condição ideal para a manifestação de uma doença. Marcelino se enquadrava no “grupo dos degenerados violentos” reproduzindo “ponto por ponto os seus traços principais”: a idade era a mesma que possuía os “regicidas célebres”; os “laços hereditários” confirmariam as suas tendências assassinas; sua “natureza” era degenerada como a dos demais; “seu grande desenvolvimento e saliência da mandíbula” aparece como “um dos estigmas mais importantes da degeneração criminosa ou mórbida”; manifestava “desequilíbrio ou desarmonia mental”, “instabilidade doentia” e

um “misticismo exagerado”. A “execução do atentado” advém disso e nada mais é que a manifestação de uma doença claramente categorizada.

Nina Rodrigues, no entanto, fez mais que nos dar informações sobre a saúde mental de Marcelino Bispo, forneceu um caminho para pensar a história da primeira década da República. O regicídio era, na medicina de finais do século XIX, nada mais que a classificação de um desvio do comportamento, um certo desejo que indivíduos “degenerados” possuíam de assassinar pessoas importantes. Entretanto este estudo é uma recusa de isolar Marcelino Bispo, para evitar que ele se perca “na turba dos neuróticos vulgares”. É uma tentativa de colocá-lo em “função do meio”. Para a medicina, rotular alguém como regicida era uma forma objetiva de classificar um doente, com o fim de melhor tratá-lo. Para a História é um bom motivo, mais um bom motivo, para pensar.

FONTES

ADVENTO DA DICTADURA MILITAR NO BRAZIL PELO VISCONDE DE OURO PRETO – Paris, Imprimerie F. Pichon, 24, Rue Soufflout, 24, 1891 – Senado Federal, Brasília, DF.

ATTENTADO DE CINCO DE NOVEMBRO – Relatório do Dr. Vicente Neiva, 1º Delegado Auxiliar e Diversas Partes do Inquérito – Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.

DEODORO: SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA – ERNESTO SENNA – Senado Federal, Brasília, DF, 1999.

DON QUIXOTE DE LA MANCHA – MIGUEL DE CERVANTES SAAVEDRA – Tradução dos Viscondes De Castilho e De Azevedo, Ilustração de Gustavo Doré – Logos, São Paulo, SP, 1955.

O DON QUIXOTE ANNO 1 N° 1 – ANGELO AGOSTINI – Rio de Janeiro, RJ, 1895 – Senado Federal, Brasília, DF.

_____ *N° 8 – ANGELO AGOSTINI* – Rio de Janeiro, RJ, 1895 – Senado Federal, Brasília, DF.

_____ *N° 14 – ANGELO AGOSTINI* – Rio de Janeiro, RJ, 1895 – Senado Federal, Brasília, DF.

_____ *ANNO 3 N° 87 – ANGELO AGOSTINI* – Rio de Janeiro, RJ, 1895 – Senado Federal, Brasília, DF.

OFÍCIO DO DR. A. F. LEITE PINDAHYBA, PROCURADOR DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1897 – In MACIEL, Osvaldo Batista Acioly – *Operários em Movimento: Documentos Para a História da Classe Trabalhadora em Alagoas (1870-1960)* – EDUFAL, Maceió, AL, 2007.

O MARECHAL DE FERRO de Euclides da Cunha – Contraste e Confrontos, 6^a ed. Livraria Chardron, de Léo & Irmão, L.^{da} editor- Rua das Carmelitas, 144 Aillaud e Bertrand – Lisboa-Paris, 1923.

O MARECHAL DE OURO Consagração Histórica da Morte Trágica do Inclyto Marechal Carlos Machado Bittencourt, Ministro da Guerra, Lição Fecunda de Civismo, Lealdade e Valor, a 5 de Novembro de 1897 de Honorato Caldas – Rio de Janeiro, Typ. Popular – Rua da Redenção n. , 1898

O REGICIDA MARCELINO BISPO, In COLETIVIDADES ANORMAIS – RAIMUNDO NINA RODRIGUES – Senado Federal, Brasília, DF, 2006

OS SERTÕES – Euclides da Cunha – Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, RJ, 1946.

REVISTA ILLUSTRADA ANNO 12 Nº 450 – ANGELO AGOSTINI – Senado Federal, Brasília, DF.

SUA MAJESTADE O PRESIDENTE DO BRASIL: UM ESTUDO DO BRASIL CONSTITUCIONAL – ERNEST HAMBLOCH – Senado Federal, Brasília, DF, 2000.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Atentado de Cinco de Novembro de 1897	10
Figura 2 – D. Pedro II e a Monarquia Desequilibrados	16
Figura 3 – A Opinião Pública Representada pelo Don Quixote	37
Figura 4 – D. Pedro II dorme lendo os jornais	38
Figura 5 – Prudente de Moraes Deitando a Benção Constitucional	39
Figura 6 – A “política despótica” ameaça a Nação	40
Figura 7 – Homenagem a Floriano Peixoto	44
Figura 8 – Os Jornais de Oposição Atacam o Governo	48

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Moisés Diniz de – *Canudos e a Derrota dos Jacobinos – Perspectivas Latino-americanas* n° 03, 2006 In <https://www.ic.nanzan-u.ac.jp/LATIN/kanko/PL/2006PDF/09DinizAlmeida.pdf>, (acessado em 15 out 2015).

ALVES, Claudia – *O Ensino Secundário Militar na Contramão das tendências do Império – História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, v. 12, n. 26 p. 13-37, Pelotas, RS, 2008.

AMARAL, Roberto e BONAVIDES, Paulo – *Textos Políticos da História do Brasil – Vol. III*, Senado Federal, Brasília, DF, 2002.

BALABAN, Marcelo – *Poeta do Lápis: A Trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888* - Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas SP, 2005.

BALEEIRO, Aliomar – *Constituições Brasileiras, Volume II: 1891* – Senado Federal, Brasília, DF, 3ª ed. 2012.

BENJAMIN, Walter – *Rua de Mão Única – Obras Escolhidas II*, Editora Brasiliense, São Paulo, SP, 1987.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos – *O Surgimento do Estado Republicano* – Trabalho apresentado no III Simpósio Internacional Sobre Justiça, Porto Alegre, RS, 2003. Revisado em 2004

BULFINCH, Thomas – *Mitologia: História de Deuses e Heróis* – Ediouro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

CALMON, Pedro – *Prudente de Moraes – Coletânea Prudente de Moraes, o Primeiro Centenário de seu Nascimento (1841-1941)*, São Paulo, SP, 1942

CARVALHO, José Murilo de – *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil* – Companhia das Letras, São Paulo, SP, 1990.

CORRÊA, Mariza – *Raimundo Nina Rodrigues e a “Garantia da Ordem Social”* – *Revistausp*, nº 68, dez/jan/fev 2005-2006, São Paulo, SP, 2006. Acessado em 12/11/2015 em www.uso.br/revistausp/68/11-mariza-correa.pdf (acessado em 15out2015).

COSTA, Antonio Carlos Figueiredo – *A República na Praça: Manifestações do Jacobinismo popular em Minas Gerais (1893-1899)* – Editora Baraúna, São Paulo, SP, 2010.

FERRAZ, Sérgio – *A Dinâmica Política do Parlamentarismo do Império: Gabinetes, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)* – Trabalho preparado para apresentação no III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 22 a 26 de abril de 2013.

FERREIRA JÚNIOR, Alcemar – *A Fênix Imperial: O Exército Brasileiro nas Décadas de 1850 e 1860* – ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, PR, 2005.

GOMES, Amanda Muzzi – *Fragilidade Monarquista: Das Dissidências Políticas de Fins do Império às Reações na Primeira Década Republicana (1860-1900)* – Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

GURGEL, Argemiro Eloy – *Uma Lei Para Inglês Ver: A Trajetória da Lei de 7 de novembro de 1831* – Artigo aprovado em 14/02/2008, *Revista Justiça & História*, Vol 6 nº 12, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e – *A Justiça Militar e a Implantação da Ordem Republicana no Brasil* – Artigo aceito em 13 de março de 2012, *TOPOI*, Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, vol 13 nº 24, Rio de Janeiro, RJ, pp. 60-72, 2012.

LOPES, Raimundo Hélio e NOLL, Izabel – *CARVALHO, José Carlos de* - <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira->

republica/CARVALHO,%20Jos%C3%A9%20Carlos%20de.pdf (acessado em 02 out 2015).

LUZ, Milton – *Símbolos Nacionais: A Bandeira, o Brasão, o Selo, o Hino* – Senado Federal, Brasília, DF, 2005.

MARCELINO, Rodrigo – *Reportagem e Folhetinismo: Narrativas infames como poder finalista* – Artigo preparado para o 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

MIRANDA, Salm da – *Floriano Peixoto* – Editora Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, RJ, 1963.

MONTEIRO, João Paulo – *A Ideologia do Leviatã Hobbesiano* – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. www.iea.usp/publicações/textos/monteiroleviatahobbesiano.pdf (acessado em 23 out 2015).

MUZZI, Amanda da Silva – *Os Jacobinos e a Oposição a Prudente de Moraes na Transição Entre as Presidências Militar e Civil 1893-1897* – Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

NASCIMENTO, Carlos Silva do – *Revista Ilustrada* - <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20ILUSTRADA.pdf> (acessado em 23 set 2015).

NUNES, Leandro José – *Estado e Nação na Obra “Facundo: Civilização e Barbárie”, de Domingos F. Sarmiento* – Instituto de História/Universidade Federal de Uberlândia.

OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de – *Angelo Agostini ou Impressões de uma Viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)* – Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História, São Paulo, SP, 2006.

OTÁVIO FILHO, Rodrigo – *Sufrimento e Grandeza de um Governo (1894-1898)* – Coletânea Prudente de Moraes, o Primeiro Centenário de seu Nascimento (1841-1941), São Paulo, SP, 1942.

PASSARINHO, Jarbas – *Os Militares e a República* – Revista de Informação Legislativa Vol 26 nº 104, Brasília, DF, 1989.

PENNA, Lincoln de Abreu – *Uma História da República* – Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, RJ, 1989.

PEREIRA, Avelino Romero Simões – *Hino Nacional Brasileiro: Que História é Esta?* – Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 38, pp. 21-42, São Paulo, SP, 1995.

SAES, Guilherme Azevedo Marques – *A República e a Espada: A Primeira Década Republicana e o Florianismo* – Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, 2005.

SCHULZ, John – *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar 1850-1894* – EDUSP, São Paulo, SP, 1994.

SCHWARCZ, Lilian Moritz – *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, Um Monarca nos Trópicos* – Companhia das Letras, Rio de Janeiro, RJ, 2ª ed. 1998.

SKIDMORE, Thomas E. – *Uma História do Brasil* – Editora Paz e Terra, São Paulo, SP, 1998

SODRÉ, Nelson Werneck – *História Militar do Brasil* – Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, 2ª ed., 1968.

VIACAVA, Juan Andrés Camou – *Se Armaron Con Ellos las Ideas para Resistir a la Fuerza: Por uma Reavaliação da Oposição entre Caudilhos e Estado no Uruguai a partir de Herrera y Obes, Berro, Antuña e Zás (1ª metade do século XIX)* - Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre pelo curso da Pós-Graduação do Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2005.

VIANA, Oliveira – *O Ocaso do Império* – Senado Federal, Brasília, 2004.

XAVIER, Patrícia Pereira – *História, Memória e Historiografia: O Dragão do Mar na Escrita de Edgar Morel (1949)* – ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, CE, 2009.